

Universidade da Maia

Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento



Programas de Prevenção da Violência no Namoro:
Perceções de Profissionais sobre a sua Eficácia

Maria Inês Cró Abreu dos Santos, n.º 32495

Dissertação de Mestrado em
Psicologia Clínica Forense- Intervenção com Agressores e
Vítimas

Orientação: Professora Doutora Ana Sofia Neves

Coorientação: Professora Doutora Joana Bessa Topa

Setembro, 2021



Agradecimentos

A realização da dissertação de mestrado foi um longo caminho, marcado por momentos de ansiedade, medo, angústia, incertezas, mas acima de tudo de crescimento pessoal. Todos os momentos menos bons foram ultrapassados com o apoio, suporte e encorajamento de pessoas muito especiais. Também todos os momentos de alegria e felicidade foram partilhados com essas mesmas pessoas.

À professora Doutora Sofia Neves, agradeço a orientação, motivação, apoio e disponibilidade. Obrigada por ter sido uma inspiração desde a primeira aula de Psicologia Social I, por todo o conhecimento transmitido, por ter acreditado em mim, por estar sempre presente, pela paciência e por ter sempre uma palavra de conforto e carinho. Foi sem dúvida a melhor escolha para me acompanhar neste desafio.

À professora Doutora Joana Topa, pela colaboração neste processo, por todas as apreciações críticas, mas sempre feitas de uma forma carinhosa e por estar sempre disponível para ajudar.

À minha família (mãe, pai e irmã) pelo amor incondicional, por toda a força para terminar esta caminhada, por apoiarem sempre as minhas decisões, por acompanharem todo o meu percurso académico e por estarem sempre presentes, perto ou longe. Sem eles nada seria possível.

À minha tia Dina, por partilhar este percurso comigo, por todas as horas de ajuda, incentivo, trabalho conjunto e risos.

À minha tia Carla e tio Sérgio, por me terem ajudado incondicionalmente, por terem sido o meu maior apoio durante estes cinco anos e por nunca deixarem que me faltasse nada.

Ao meu namorado por estar sempre presente. Pela paciência, compreensão, amor, companheirismo e apoio incondicional.

A todos e todas, o meu mais sincero obrigada. Sem vocês nada disto seria possível!

Resumo

O presente estudo pretende compreender a percepção de eficácia dos programas de prevenção da violência no namoro, com base na experiência de profissionais, que tiveram ou têm contacto com os mesmos. A investigação envolveu um inquérito por questionário *online*, através do qual foi possível obter uma caracterização dos/as profissionais, dos componentes, especificidades, tipologia e efeitos que integram um programa de prevenção. Permitiu também compreender a percepção de eficácia dos mesmos. Participaram neste estudo 33 profissionais, 31 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, com uma média de idades de 39 anos (SD=10.10). Os resultados indicam que os programas são percecionados como eficazes, porém com algumas limitações metodológicas que devem ser estudadas com maior atenção (e.g., durabilidade e avaliação) e melhoradas, de forma a incrementar a eficácia dos mesmos. Uma vez que estas limitações são identificadas pelos/as profissionais, é necessário compreender porque é que os números da VN não diminuem e que esforços são realizados para alterar as lacunas existentes.

Palavras-chave: Violência no namoro; Programas de prevenção; Eficácia; Profissionais.

Abstract

This study aims to understand the perceived effectiveness of dating violence prevention programs, based on the experience of professionals who have had or have contact with them. The investigation involved an online questionnaire survey, through which it was possible to obtain a characterization of the professionals, the components, specificities, nature, and effects that make up a prevention program. It also allowed us to understand the perception of their effectiveness. 33 professionals participated in this study, 31 female and 2 males, with a mean age of 39 (SD=10.10). The results indicate that the programs are perceived as effective, but with some methodological limitations that should be studied more carefully (e.g., durability and evaluation) and improved, to increase their effectiveness. Once these limitations are identified by professionals, it is necessary to understand why the numbers of dating violence do not decrease and what efforts are made to change the existing gaps.

Keywords: Dating Violence; Prevention Programs; Perception; Professionals.

Índice

<i>Abstract</i>	4
Introdução	1
Parte I- Enquadramento teórico	3
Capítulo I- Violência No Namoro	3
1. Definições e conceitos	3
1.1 Violência nas Relações de Intimidade Juvenil: a Violência no Namoro (VN).....	4
2. Formas de Violência no Namoro	5
3. Modelos teóricos da violência no namoro	7
4. Dinâmicas da Violência no Namoro	10
4.1. Vitimação Múltipla/ Polivitimação	10
4.2. Ciclo da violência	10
5. Fatores de Risco na Violência do Namoro	11
6. Evidências Estatísticas	12
Capítulo II - Prevenção da Violência no Namoro	15
1. Concetualização e importância da Prevenção da Violência no Namoro	15
2. Tipologias de Prevenção	17
3. Modelos Explicativos que Inspiram os Programas de Prevenção da Violência no Namoro	18
3.1. Teoria da Aprendizagem Social	18
3.2. Modelo Ecológico	20
4. Estrutura dos Programas de Prevenção	21
5. Avaliação dos Programas de Prevenção	23
6. Eficácia dos programas de prevenção	25
7. Exemplos de Programas	27
Parte II: Método	29
1. Apresentação do Estudo	29
1.1. Problema de Investigação	29
1.2. Objetivos de Investigação	29
1.3. Questão de Investigação	29
1.4. Participantes	30
1.5. Instrumentos de Recolha de Dados	30
1.6. Procedimentos	31
1.7. Técnica de Análise de Dados	32
2. Apresentação dos Resultados	32
2.1. Componentes dos Programas de Prevenção	34
2.1.1. Objetivos Gerais e específicos	34

2.1.2. Público(s)-Alvo	34
2.1.3. Pessoas Intervenientes.....	34
2.1.4. Conteúdos Abordados	35
2.1.5. Metodologias Utilizadas.....	35
2.1.6. Formato do Programa de Prevenção	35
2.1.7. Duração do Programa de Prevenção	36
2.1.8. Resultados do programa de prevenção.....	36
2.1.9. Caracterização das Especificidades do Programa de Prevenção.....	36
2.2. Natureza do Programa de Prevenção	37
2.3. Efeitos do Programa de Prevenção	38
2.3.1. Ganhos do programa de prevenção	38
2.3.2. Riscos do programa de prevenção.....	38
2.4. Perceção de Eficácia dos Programas de Prevenção	38
2.4.1. Eficácia dos programas de prevenção	38
2.4.2. Justificação da perceção da eficácia/ não eficácia dos programas	38
2.4.3. Sugestões para melhorar a eficácia dos programas.....	38
3. Discussão dos Resultados	39
3.1. Componentes dos Programas de Prevenção da VN.....	39
3.2. Especificidades dos Programas de Prevenção da VN.....	43
3.3. Natureza dos Programas de Prevenção	45
3.4. Efeitos do Programa de Prevenção	45
3.5. Perceção de Eficácia dos Programas de Prevenção	47
Parte III- Conclusões.....	48
Referências Bibliográficas	51
Anexos	68

Índice de Figuras

Figura 1. Esquema da Grelha de Observação	33
---	----

Lista de Abreviaturas/Siglas

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
OMS	Organização Mundial de Saúde
RASI	Relatório Anual do Sistema de Segurança Interna
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta
VC	Violência Conjugal
VD	Violência Doméstica
VN	Violência no Namoro

Introdução

A violência no namoro vem sendo identificada como um problema social de elevada importância, que necessita de maior atenção e relevância, uma vez que temos observado uma banalização da violência por parte dos/as jovens, pois estes/as consideram-na como um ato de demonstração de amor e ciúme (Callahan et al., 2003; Matos et al., 2006; Mendes & Cláudio, 2010).

A adolescência é considerada a etapa mais promissora, no que respeita à consolidação de comportamentos que validem a violência entre parceiros (Byers & Eno, 1991). Desta forma, a implementação de programas de prevenção primária em idades mais precoces e que sejam eficientes na mudança atitudinal e comportamental, é fundamental, de modo a prevenir a violência nas relações de intimidade juvenil, uma vez que este é um grande preditor de violência conjugal (Hamby, 1998; Hamby, 2006; Hickman et al., 2004; Leitão et al., 2013).

Contudo, o estudo desta problemática tem-se centrado maioritariamente na violência conjugal e apenas recentemente estes estudos começaram a abranger a violência a outros grupos, como por exemplo a violência no namoro (Caridade & Machado, 2006). Apesar de vários programas serem implementados, o método de avaliação de grande parte destes não possibilita analisar a sua eficácia total (Avery-Leaf & Cascardi, 2002; Hickman et al., 2004).

Neste sentido, a presente investigação tem como principal objetivo compreender a perceção de eficácia dos programas de prevenção da violência no namoro, com base na experiência de profissionais, que tiveram ou têm contacto com os mesmos. Relativamente aos objetivos específicos pretende-se saber quais as metodologias envolvidas nos diversos programas, que efeitos produzem os programas implementados e saber se existe um sistema de avaliação de eficácia dos mesmos.

O presente estudo encontra-se dividido em três partes. A primeira parte compreende o enquadramento teórico do tema em estudo (divido em dois capítulos), a segunda parte abrange

o método e a terceira as conclusões. No enquadramento teórico são abordadas no primeiro capítulo definições de violência doméstica, conceitos que dela advêm (e.g., violência conjugal, violência no namoro, entre outros), formas de violência no namoro, os modelos explicativos, dinâmicas, fatores de risco e evidências estatísticas da mesma. O segundo capítulo aborda a prevenção da violência no namoro, a sua concetualização, natureza, modelos explicativos, estrutura, avaliação e eficácia dos programas de prevenção da violência no namoro, são ainda apresentados alguns exemplos de programas existentes. Desta forma, a segunda parte diz respeito a todo o processo de desenho e implementação do estudo, desde o problema de investigação, dos objetivos, questão de investigação, caracterização dos/as participantes, descrição dos instrumentos de recolha de dados, procedimentos, técnicas de análise de dados, apresentação à discussão de resultados. Por último, a terceira parte compreende as conclusões e limitações da presente investigação.

Parte I- Enquadramento teórico

Capítulo I- Violência No Namoro

1. Definições e conceitos

A violência é o uso propositado da força, intimidação ou coação sob qualquer forma contra terceiro/a, ou uma ação propositada que lese a integridade, direitos e carências do outro (Manita et al., 2009). Sendo um conceito dinâmico e situado, a definição de violento atribuída a um comportamento resulta de este ser classificado como um incumprimento dos valores e das normas instituídas socialmente em cada momento histórico por uma determinada sociedade (Lisboa et al., 2009). Nesta caracterização chave foi possível integrar outras, tais como a violência doméstica, da qual fazem parte a violência conjugal e nas relações de intimidade.

A violência doméstica é uma problemática complexa e atual, que inclui inúmeros comportamentos violentos (reiterados ou não), ou um padrão de domínio repressivo praticado direta ou indiretamente sobre uma ou mais pessoas da família por parte da pessoa agressora com quem possam ou não coabitar e que tenham estabelecido ou estabeleçam uma relação próxima. Maioritariamente, ocorre no interior do domicílio, todavia não é incomum que a pessoa agressora persiga a vítima noutros ambientes (Hoffman, 2003; Manita et al., 2009; Nicholls et al., 2013; Schraiber & D'Oliveira, 2002).

Em Portugal, a violência doméstica é considerada como crime público, contemplado na Lei n.º 59/ 2007, de 4 de setembro, artigo n.º 152, que caracteriza: “quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: ao conjugue ou ex-cônjuge; a pessoa de outra ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos conjugue, ainda que sem coabitação; o progenitor de descendente comum em 1º grau ou a pessoa particularmente indefesa, em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”. A Lei tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos.

Também a violência conjugal representa uma das dimensões da violência doméstica, mas implica que a violência seja perpetrada por um/a dos/as companheiros/as ou ex-companheiros/as sobre o/a outro/a e que haja casamento heterossexual ou homossexual que origina danos físicos, psicológicos ou sofrimento à vítima (Manita et al., 2009; World Health Organization, 2017).

Por último, surge a violência nas relações de intimidade, que resulta da indispensabilidade de estender a noção de VD e especialmente de VC, de forma a englobar a violência praticada entre companheiros envolvidos em diversos tipos de relacionamentos íntimos (progenitor/a de filho/a comum ou namorado/a) e não apenas na conjugalidade (Heise & Garcia-Moreno, 2002; Manita et al., 2009). Este é um fenómeno transversal, uma vez que ocorre em diversos contextos sociais, etários, económicos, religiosos ou culturais, mas tem sido sempre encarado como um assunto da esfera privada (Direção-Geral da Saúde, 2014; Krug et al., 2002).

Dentro da violência, o objeto deste estudo é a violência doméstica, mais particularmente a violência no namoro.

1.1 Violência nas Relações de Intimidade Juvenil: a Violência no Namoro (VN)

A violência no namoro tem sofrido um aumento preocupante (Antunes, 2016), o que tornou importante a identificação e prevenção precoces (Paiva & Figueiredo, 2004).

Antes demais, é importante definir o fenómeno. A violência no namoro é caracterizada pela prática de comportamentos físicos, psicológicos e/ou sexuais abusivos que sucedem no âmbito de relacionamentos íntimos juvenis, com o propósito de controlar, reprimir e adquirir mais poder na relação do que o outro. Pode assumir diversas formas, uma vez que não é um conceito referido a relações maritais ou de coabitação de curta duração na adolescência ou início da idade adulta (Gonçalves, 2013; Lopes, 2014; Teten et al., 2009; WHO, 2010), esta concetualização provém deste tipo de delito estar apoiado em conceções e perceções de género

seriamente provocadoras dos papéis sociais de homens e de mulheres (Neves, 2008; Perista et al., 2012), sendo também um preditor de violência entre parceiros íntimos no futuro (Monteiro, 2013; Ruitiña, 2012).

Segundo Karakurt et al. (2013), este tipo de violência é mais frequente entre estudantes do ensino superior quando comparados à restante população. É caracterizada como uma forma de violência simétrica, ou seja, no que concerne à vitimação e perpetração não existem diferenças sexuais significativas (Delgado, 2016; Karakurt et al., 2013; Kaukinen et al., 2015; Otero & Martinez, 2016; Thompson, 1991).

Esta problemática pode ser explicada a partir de fatores que incorporam as características individuais dos/as jovens, os seus modelos familiares e grupos de pares, assim como o contexto social em que estão inseridos/as (Paulino & Alchieri, 2018). Alguns dos fatores explicativos aparentam ter um efeito superior no fenómeno, conferindo-lhes um papel de motivadores, facilitadores, mediadores ou inibidores de comportamentos violentos, de modo a reconhecer particularidades características do comportamento no contexto das relações amorosas entre jovens (Paulino & Alchieri, 2018). A identificação destes fatores é indispensável, pois permite uma melhor compreensão do fenómeno e maior intencionalidade no desenho das intervenções preventivas (Moreira, 2001).

2. Formas de Violência no Namoro

A violência no namoro tende a ocorrer num contexto de vitimação múltipla e a intensificar-se ao nível da regularidade, intensidade e gravidade (Manita et al., 2009). Esta é praticada de diversas formas, nomeadamente, física, psicológica, social e sexual (Caridade & Machado, 2006).

A violência emocional e psicológica abrange os atos de desprezar, criticar, insultar, menosprezar ou humilhar por palavras e/ou comportamentos, seja em público ou em privado; ameaças; controlo; fazer com que a vítima permaneça com medo daquilo que a pessoa

agressora pode fazer contra si e/ou contra terceiros próximos ou bens; o isolamento social caracterizado pela restrição do contacto da vítima com a sua rede social e familiar (Hall et al., 2012).

Por outro lado, a violência física é representada pela utilização da força física com a finalidade de magoar/causar dano físico, através de atos como pontapear, atirar objetos, queimar ou empurrar (Lee et al., 2013; Saltzman et al., 1999).

A violência social é qualquer tipo de violência, executada por pessoas ou pela comunidade, com um propósito social. Essas ações violentas podem assumir várias formas, dependendo do país, como por exemplo conflitos armados, violência de gangues, terrorismo e segregação (Violência Social- Síntese, 2012).

De outra forma, a violência sexual é retratada pela exigência de práticas sexuais contra o desejo da vítima, recorrendo à coação, força física ou ameaças, como por exemplo violação ou exposição forçada a pornografia (Basile et al., 2004).

Com a evolução das tecnologias e com uma grande utilização das mesmas, o *cyberstalking* e o *cyberbullying* tornaram-se formas de violência (Draucker & Martsolf, 2010; Pereira & Matos, 2015; Sheridan & Grant, 2007). O *cyberstalking* é o assédio permanente *online* ou eletrónico, relacionado à perseguição ou intromissão, praticado a partir das tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Mechanic et al., 2008). O *cyberbullying* é descrito como um tipo de violência que utiliza também as TIC, com a intenção de praticar comportamentos agressivos/provocadores propositados e de forma recorrente contra pares que englobam o seu contexto escolar (Bilic, 2013).

Por fim, é importante evidenciar que estas formas de violência dificilmente acontecem isoladamente, mas sim com alguma sobreposição ou complementaridade e as fronteiras entre as suas definições são muito ténues (Filipe, 2013; Manuel, 2014). Existe heterogeneidade entre casos, ou seja, não depende de um padrão de formas de violência, regularidade ou progressão

(Manita et al., 2009).

3. Modelos teóricos da violência no namoro

Existe um grande interesse na investigação sobre a prevalência, fatores de risco ou dos efeitos e consequências da violência no namoro, o que leva a uma necessidade de abordagens mais sensíveis e adaptadas às necessidades de desenvolvimento, próprias da população mais jovem (Caridade & Machado, 2013). Segundo Dias (2012), é possível verificar uma evolução neste domínio, apesar das diversas abordagens poderem diferir conforme o contexto social em que se focam (e.g., família), e o destaque dado a diferentes variáveis estruturais, psicológicas, culturais e situacionais (Mahlstedt & Welsh, 2005).

Segundo o seu surgimento histórico, serão apresentados os modelos teóricos fundamentais e mais empregues no esclarecimento da violência sucedida nas relações íntimas juvenis.

As perspetivas intra-individuais procuram entender os comportamentos das pessoas agressoras através das suas características biológicas e psicológicas, tentando desta forma retratar a personalidade das vítimas, assim como a sua fragilidade psicológica para a ocorrência do abuso (Hydén, 1995). Estas perspetivas focam-se especialmente nas vivências precoces de violência dos indivíduos (e.g., experienciação de abuso sexual na infância), associadas à existência de certos fatores situacionais (e.g., conflitos relacionais ou consumo de álcool) (Sugarman & Hotaling, 1989). A violência nas relações íntimas juvenis é percecionada como uma consequência das atitudes individuais, de obstáculos que os/as jovens apresentam em resolver conflitos relacionais e do controlo da raiva, uma vez que, estes se revelam como as causas centrais da violência (Sugarman & Hotaling, 1989). Devido a estas abordagens intra-individuais se manifestarem insatisfatórias e impróprias na explicação do fenómeno, existe uma propensão à individualização do problema, não dando importância a outros fatores como os socioculturais, que contribuem identicamente para a compreensão do problema, o que sugere

a um nível mais preventivo, apenas um tratamento clínico das vítimas e das pessoas agressoras, esquecendo uma intervenção ao nível social e comunitário (Matos, 2002).

As perspetivas diádicas-familiares focam a relevância do conceito de aprendizagem social, juntamente com a teoria intergeracional da violência (Hines & Saudino, 2002). Este modelo, defende que o comportamento de cada indivíduo é definido através do ambiente em que este está inserido, particularmente pelos constituintes da sua família, através de observação, reforço, coação ou modelagem (Foo & Margolin, 1995). Desta forma, a vitimação direta e indireta (e.g., exposição ao conflito interparental) pode suportar a aceitação deste género de condutas, assim como, a violência ser entendida como adequada para solucionar conflitos (Riggs & O'Leary, 1996). O facto de os/as jovens relacionarem à violência interpessoal mais pontos favoráveis em vez de efeitos prejudiciais, e deste modo determinarem esperanças positivas no que diz respeito ao comportamento violento, tem sido associado à utilização da violência por parte dos mesmos (Foshee et al., 1999). Dutton (1999) admite que a modelagem não se verifica exclusivamente à componente das atitudes e comportamentos, mas engloba igualmente a modelagem de características da personalidade que suportam o abuso íntimo (e.g., tendência para exteriorizar a responsabilidade, emoções inadaptadas quanto à rejeição). De outro modo, a modelagem de crenças legitimadoras da violência consegue resultar do seu testemunho direto ou indireto, bem como do papel da família como agente de transmissão de alguns valores (e.g., crenças sobre os papéis de género) que sejam originadores de condutas violentas (Gelles, 1997). Apesar de uma maior relevância dada aos contextos precoces de socialização familiar e influência dos pares na conduta agressiva, existem ainda situações nas quais este paradigma não possibilita explicações suficientemente verossímeis (Jackson, 1999).

As teorias feministas, precursoras na identificação das influências culturais na violência íntima, destacaram a função das mensagens sociais e culturais na legitimação deste fenómeno (Ismail et al., 2007). De acordo com estas perspetivas, a violência deriva de um grupo de

valores patriarcais que se foram consolidando em diferentes níveis e em diferentes formas, ao nível macrossocial (sistema legal, estruturas sociais), ao nível intergeracional (valores patriarcais transmitidos de geração em geração), ao nível cultural (onde se destaca o papel dos media na reprodução e fortalecimento dos valores patriarcais) e por último, ao nível individual (o indivíduo inclui os valores patriarcais, reproduzindo-os) (Marin & Russo, 1999). A variação intercultural existente face à condescendência com a violência exercida sobre a mulher, está vinculada à influência dos valores patriarcais nas determinadas culturas (Bui & Morash, 1999; Nayak et al., 2003). Segundo Counts et al. (1999), a violência contra a mulher está ligada ao valor e *status* social que lhe é concedido. Também o poder masculino, isolamento social da mulher, as normas culturais que enaltecem a subordinação e a castidade feminina, representam uma função significativa no incentivo à violência (Counts et al., 1999). A adolescência é uma das fases mais importantes do ciclo da vida humana, onde ocorrem inúmeras transformações no corpo e na mente (Bittar & Nakano, 2017). Nesta fase, as diferenças entre os papéis de género podem intensificar-se, a aprovação da violência como uma forma de amor ou como admissível em determinadas situações, pode também tornar-se uma ideia mais consolidada e os/as jovens estão mais vulneráveis para aceitar mitos perigosos acerca das relações amorosas (Bittar & Nakano, 2017). Este tipo de violência tendencialmente surge em cenários sociais onde vigora a ideologia machista, que resulta numa banalização do domínio masculino (Bittar & Nakano, 2017). Estas teorias proporcionaram grandes contributos no estudo da relação entre género e violência, possibilitando também o aparecimento de inúmeras técnicas interventivas (e.g., desconstrução de estereótipos, criação de grupos de autoajuda) (Matos, 2002).

Contudo, para uma melhor explicação e prevenção do fenómeno da violência nas relações de intimidade juvenil, devemos eleger uma perspetiva abrangente, complexa e multidimensional, que compreenda todas as características individuais, interpessoais, estruturais e culturais (Caridade & Machado, 2013).

4. Dinâmicas da Violência no Namoro

4.1. Vitimação Múltipla/ Polivitimação

É relevante abordar estes conceitos, uma vez que um tipo de violência surge sempre relacionado a outros tipos de violência, o que torna incomum a experiência isolada de apenas um só tipo de abuso. O conceito de Vitimação Múltipla refere-se à vivência de mais do que um tipo e/ou forma de vitimação (Hope et al., 2001), em contrapartida, o termo Polivitimação, consiste na vivência de quatro ou mais tipos de vitimação (Finkelhor et al., 2007a). Assim sendo, estas duas noções diferenciam-se do conceito de Revitimação ou Vitimação Crônica que designam a vivência de mais do que um acontecimento do mesmo tipo de violência, num determinado período de tempo. Cada experiência de vitimação deve ser contextualizada nas experiências globais de vitimação e na história de vida da vítima (Finkelhor et al., 2007b).

4.2. Ciclo da violência

O ciclo da violência foi desenvolvido por Walker (1979; 2016), como um modelo explicativo dos padrões de comportamentos violentos praticados por homens no contexto das relações de intimidade (cf. Anexo A). A violência tende a ocorrer num ciclo previsível (embora não para as mulheres) de três estádios distintos: a fase de *Aumento de Tensão* onde as preocupações aglomeradas do quotidiano, os insultos e intimidações produzidas pela pessoa agressora, originam na vítima um sentimento de perigo iminente; a fase do *Ataque Violento* caracterizada pela ação concreta da pessoa agressora, ou seja, maltrata psicológica e fisicamente a vítima, e estes maus-tratos têm tendência a evoluir na sua intensidade e frequência; a fase *Lua de Mel* definida pela alteração do comportamento da pessoa agressora, através da utilização do afeto, do carinho, da cessação temporária da violência, da promessa de que vai mudar de atitudes, e desculpando-se pelas agressões (APAV, 2012; Ferreira, 2005; Manita, 2009). Este ciclo é contínuo no tempo, repete-se consecutivamente ao longo dos meses e anos e as fases de tensão e de lua de mel tendem a ser mais curtas, sendo cada vez mais longa

a fase do ataque violento (APAV, 2012).

Este ciclo de violência tem sido usado para melhorar a percepção dos motivos que conduzem as vítimas a sentirem culpa pelos atos de violência perpetrados pelos/as parceiros/as e o motivo pelo qual estas não se afastam da relação, mesmo quando estão em perigo de vida (Antunes, 2002).

5. Fatores de Risco na Violência do Namoro

Segundo a teoria da aprendizagem social os comportamentos socialmente assimilados no seio familiar, são inúmeras vezes repetidos pelos/as adolescentes em contextos extrafamiliares, comportamentos estes que se caracterizam por atitudes de permissividade e violência no que diz respeito às relações íntimas (Oliveira & Sani, 2009). As famílias que utilizam a punição como disciplina, demonstram aos seus filhos/as que a violência consiste num método adequado de resolução de conflitos (Gomes et al., 2007).

Com base nas vivências e padrões característicos de interação com as figuras significativas ao longo da infância, cada pessoa elabora os seus “modelos internos dinâmicos”, visto que é através destes modelos que o mesmo desenvolve expectativas sobre aquilo que pode esperar de si próprio e dos outros, no que concerne a uma relação mais séria (Paiva & Figueiredo, 2003).

Segundo Matos et al. (2009) entre os fatores de risco que podem predeterminar a implicação de crianças e jovens em ações violentas, seja na condição de vítima ou de pessoa agressora destacam-se: o consumo de tabaco, álcool e/ou drogas antes dos 12 anos; os antecedentes de agressão precoce; o insucesso escolar precoce, o escasso envolvimento familiar; a criminalidade parental e o fraco acompanhamento parental.

Os fatores de risco para a violência no namoro podem ser divididos em diferentes tipos, tais como: familiares (e.g., observação de violência interparental, abuso sexual na infância), ambientais (e.g., características dos grupos de pares, testemunhar violência na comunidade),

sociodemográficos (e.g., idade, género, etnia, nível socioeconómico, área de residência), intrapessoais (e.g., satisfação relacional, técnicas de resolução de problemas, capacidades de comunicação, durabilidade da relação) e situacionais (e.g., consumo de álcool e/ou drogas) (Caridade, 2011).

6. Evidências Estatísticas

A literatura internacional tem demonstrado níveis preocupantes de violência na intimidade juvenil, confirmando que esta problemática não se restringe às relações conjugais (Pinto, 2011).

Em Portugal, das tipologias de crime apresentadas nos relatórios anuais do Sistema de Segurança Interna (RASI) e da APAV, a VD é a tipologia que configura valores mais elevados desde 2010, com uma variação de 11.4%. Dentro das tipologias que integram esta categoria, evidencia-se a VD contra cônjuge ou análogo, que assume 85% de toda a violência doméstica (SSI, 2020; APAV, 2020).

Em relação ao ano de 2020, registou-se uma diminuição de 1.861 casos (-6.3%) e de todos os tipos de VD apenas a violência doméstica contra menores regista subida, em comparação ao ano de 2019. Segundo o SSI (2020), no presente ano foram registadas 27637 ocorrências, já a APAV (2020), registou 14854 (inclui maus-tratos físicos, psíquicos, ameaças/coação, injúrias/ difamação e crimes de violência sexual). O grau de parentesco entre vítima e denunciado mais prevalente é o de cônjuge/ companheiro/a (48.6%) (SSI, 2020). O contacto telefónico continua a ser o meio preferencial de contacto com as diversas entidades (61.6%), seguindo-se do contacto presencial (19.5%) (APAV, 2020). O maior número de respostas, no que diz respeito à escolaridade, verifica-se no ensino superior (6.6%) (APAV, 2020). A vitimação continuada continua a prevalecer (52%) e os locais de crime mais referenciados são a residência comum (54,1%), a residência da vítima (16%) e a via pública (10.6%) (APAV, 2020).

Os dados estatísticos que se dispõem relativos à VN são parcos, porém existem alguns projetos que disponibilizam os seus resultados e permitem uma visão mais holística da problemática.

O projeto Art'Themis+ da Umar (2020), possibilita verificar que 4552 jovens não consideram comportamentos violentos (os apresentados no questionário do projeto) como formas de violência no namoro, porém em comparação ao ano de 2019 verifica-se uma descida na legitimação de todas as formas de violência (controlo, violência psicológica/física/sexual/através das redes sociais e perseguição). A legitimação destes comportamentos é maior nas regiões de Faro (27%), Bragança (24%), Évora (21%) e Madeira (21%). Quanto aos indicadores de vitimação verifica-se igualmente uma descida relativamente ao ano de 2019 (UMAR, 2020).

É possível observar, com base nestes dados, que os/as jovens permanecem com comportamentos violentos sem terem (ou sem quererem ter) consciência de que estes são inaceitáveis e condenados a nível social e legal. Assim sendo, existe uma elevada e indispensável necessidade de intervir com estes/as jovens, de forma a prevenir a violência. É ainda importante, ter em conta que os/as jovens mais novos/as, são mais propensos/as a legitimar a violência do que os/as jovens mais velhos, uma vez que a sua maturidade é menor e as relações amorosas não são tão sólidas/estáveis, quanto as dos/as adolescentes (Matos et al., 2006). Desta forma, é indiscutível a relevância da prevenção desta problemática, e nela a integração dos/as jovens mais novos/as, visto que as relações de intimidade se iniciam cada vez mais cedo (Ferreira, 2011). Com a revisão da literatura, foi possível concluir que a violência no namoro não é uma experiência invulgar entre os/as jovens e que no presente, é identificada como um fenómeno com proporções e repercussões preocupantes. Apesar de, nas últimas décadas, os estudos nesta área terem aumentado e procurarem expandir o conhecimento acerca das múltiplas facetas deste fenómeno, é fundamental que os futuros estudos integrem aspetos

como a compreensão do contexto em que se originam os comportamentos abusivos, as significações, as consequências do abuso vivido, o que ocorre após o reconhecimento da violência e a forma como os/as jovens pedem ou não ajuda face à violência (Caridade & Machado, 2008; Ferreira, 2011; Machado et al., 2003).

Capítulo II - Prevenção da Violência no Namoro

1. Concetualização e importância da Prevenção da Violência no Namoro

Várias organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, têm chamado à atenção para a relevância da prevenção da VN, em particular para a prevenção primária, desenvolvendo programas cada vez mais eficientes no combate a esta problemática (Cornelius & Resseguie, 2007; Hamby, 2006; Hickman et al., 2004; Jewkes, 2002; Leitão et al., 2013; Machado et al., 2010).

Os primeiros programas de prevenção de violência nas relações de namoro adolescentes, surgiram no final dos anos 80 e início dos anos 90 (Hamby, 2006). As intervenções têm sido desenvolvidas de forma a produzir modificações comportamentais e habitualmente são dirigidas à mudança de concepções estereotipadas sobre os papéis de género, ao esclarecimento sobre violência de género, estimulação de capacidades de autorregulação das emoções, resolução de conflitos e diminuição das práticas de aceitação da violência (Salazar & Cook, 2006).

No presente, é reconhecida a relevância da prevenção da violência no namoro no decorrer da adolescência, enquanto parte integrante da prevenção primária da violência nas relações de intimidade adultas (Foshee et al., 2010). Desta forma, os/as jovens não devem ser vistos apenas como alvos passivos, mas fundamentalmente como agentes ativos de mudança aptos para interiorizar conhecimentos diferentes, de desconstruírem mitos, adquirir competências, de as aplicar de modo eficaz e de refletir acerca das consequências das suas ações, tomando decisões pró-ativas de mudanças com impacto no seu mundo pessoal e comunitário (Leitão et al., 2013).

A escola deve ser vista como um dos contextos de aprendizagem social mais importantes, no que respeita à prevenção, pois representa um contexto de socialização essencial para as crianças e jovens, visto que é onde adquirem competências sociais indispensáveis na

vida em sociedade e fortalecem a sua autoeficácia face ao desenvolvimento destas competências (Saavedra & Machado, 2010). É também na escola onde começam as primeiras vivências de amizade, intimidade e amor, assim como as de violência e outros comportamentos de risco (Wolfe et al., 2005). Porém, o estudo da eficácia dos programas de prevenção concebidos pelas escolas e comunidades é quase inexistente, levando a uma falta de conhecimento acerca do número de destinatários implicados e dos resultados alcançados (Finkelhor et al., 2014).

É importante esclarecer em que consiste e o que abrange o conceito de prevenção. As primeiras noções de prevenção surgiram relacionadas a questões de saúde pública (Doll et al., 2007). Enquanto noção do senso comum, a noção de prevenção retrata a antecipação da decisão sobre uma situação de risco, na área da saúde, a prevenção é uma dimensão indispensável no que respeita aos fatores motivadores dos prejuízos, assim como no que respeita aos atos terapêuticos (Minayo & Sousa, 1999). Já Kaplan (2000) apresenta o conceito de prevenção enquanto alternativa a um trajeto de vida negativo, desenvolvimento de competências e conhecimentos de modo a evitar o dano.

No entanto, esta problemática mantém-se ainda discriminada nos discursos sociais e educativos. Quando comparada com a violência conjugal, a vitimação de adolescentes e jovens na intimidade não tem sido alvo de grande dedicação por parte da comunidade científica (Matos et al., 2006). Segundo Hickman et al. (2004), esta discrepância é explicada através de um grupo de fatores que condicionam a investigação neste domínio, tais como as complicações relacionadas com a definição de violência no namoro, à instrumentalização desse conceito, o difícil acesso dos/as investigadores/as a esta população (e.g., indispensabilidade de consentimento das famílias) e a carência de um estatuto legal, independente, referente à violência fora dos contextos conjugais (e.g., situação que limita quer a sinalização, quer o acesso desta população aos serviços de apoio formais). Quanto à publicação de estudos acerca

da execução e avaliação dos efeitos de estratégias de prevenção, são poucos e pontuais (APAV, 2007; Matos et al., 2006; Rodrigues, 2007).

2. Tipologias de Prevenção

O foco de atenção na prevenção da violência nos relacionamentos íntimos tem sofrido grandes mudanças desde 1989 (Saavedra, 2010). As diversas investigações que têm sido realizadas fortalecem a noção de que, quanto mais precoce for a prevenção, melhores são os resultados alcançados e estaremos igualmente a impedir que futuros comportamentos desta natureza aconteçam (Almeida, 2012).

Desta forma, os programas de intervenção para a violência no namoro são essencialmente de carácter preventivo, podendo assumir diversas dimensões, consoante o nível de risco, tais como: a *Prevenção Primária*, que trabalha com pessoas que não tiveram contacto com aquela realidade (violência ou experiência de vitimação), de forma a ajudá-los a manterem-se nessa condição, é uma intervenção anterior ao problema, que pretende aumentar a consciência global da dimensão do fenómeno, das suas consequências e causas, desenvolvendo o *empowerment* individual e comunitário (Leitão et al., 2013; Matos et al., 2006); a *Prevenção Secundária*, que trabalha exclusivamente com indivíduos que têm presente o risco de poderem vir a ser vítimas ou pessoas agressoras na intimidade, ou seja, os/as que se encontram mais suscetíveis a sofrer de violência no namoro, têm presentes fatores de riscos, o problema foi identificado e deve ser resolvido o mais precocemente possível (violência parental, exposição à violência interpaparental); a *Prevenção Terciária*, que recai sobre indivíduos que já estão inseridos no contexto da violência no namoro, podendo ser vítimas ou pessoas agressoras, isto é, aqueles/as que procuram ajuda para a sua condição com o objetivo de reduzirem o impacto das consequências ou de interromper os seus comportamentos abusivos e evitar recaídas (Matos et al., 2006).

A prevenção pode ainda ser definida conforme o tipo de público a que se dirige como:

Universal, quando destinada à população em geral, independentemente do grau de risco; *Seletiva*, no caso de ser destinada a conjuntos de sujeitos que se encontram num nível de risco mais elevado do que a população em geral; *Indicada*, quando destinada a grupos de elevado risco (Gordon, 1983).

Recentemente, tem-se verificado uma aceitação gradual do termo de prevenção universal ao invés do conceito de prevenção primária, visto que é imprescindível ter presente que, quando se orienta um programa a um grupo ou população, poderão existir indivíduos com níveis de risco diferentes, fator que deve ser considerado aquando da delimitação de métodos de atuação mais específicos (Saavedra, 2011). Assim sendo, os programas de prevenção da violência no namoro atuam mais ao nível primário e secundário e devem ser mais proativos e universais, fornecendo a cada indivíduo as ferramentas fundamentais para reagir à adoção de comportamentos perigosos (Cornelius & Resseguie, 2007; Fields & McNamara, 2003).

3. Modelos Explicativos que Inspiram os Programas de Prevenção da Violência no Namoro

Na elaboração dos programas de prevenção encontramos diferentes bases teóricas, umas focadas na diminuição de fatores de risco e/ou desenvolvimento de fatores protetores e outras que procuram esclarecer as alterações de comportamento (Cornelius & Resseguie, 2007; Losël & Beelmann, 2003; Whitaker et al., 2006).

3.1. Teoria da Aprendizagem Social

A teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura é a mais associada aos programas de prevenção de sucesso. Esta teoria tem como ponto de partida a refutação da aceitação do comportamento humano enquanto resposta automática aos estímulos do meio, rejeitando a noção de que os indivíduos usufruem de total autonomia na escolha das suas ações, perceciona os sujeitos como originadores e produtos dos sistemas sociais (Bandura, 1984; 2001). O pressuposto implícito a esta teoria é o de que o comportamento humano é uma consequência

decorrente de interações entre fatores pessoais (componentes cognitivas e afetivas) e fatores ambientais (contextos sociais e físicos) (Bandura, 1980). Esta teoria centra-se nos fatores cognitivos, mais precisamente no elemento da autoeficácia, ou seja, autopercepção do indivíduo no que respeita às suas capacidades para alcançar um certo grau de desempenho, assim sendo, se o sujeito acredita que é capaz ou que possui competências para iniciar uma ação, a probabilidade de realizar essa ação é maior (Bandura, 1998; Bandura & Adams, 1977).

Em relação à replicação de comportamentos observados, os indivíduos têm tendência a reproduzir os comportamentos que notaram ser compensados e enfatizados nos seus modelos mais próximos e são ainda capazes de desenvolver seja qual for o comportamento que observem, quer seja reforçado ou não (Bandura, 1989; Bandura & McClelland, 1977). Por exemplo, o pressuposto da transmissão intergeracional da violência, que é baseada na teoria da aprendizagem social, sugere que os comportamentos interpessoais coercivos e aversivos são assimilados através de interações violentas na família de origem, ou seja, testemunhar ou vivenciar a violência no contexto familiar pode transmitir à criança que a violência é possivelmente reforçadora e funcional, uma vez que possibilita manifestar descontentamento, solucionar problemas e controlar os outros (Wekerle & Wolfe, 1999; Tyler & Melander, 2012).

Os programas de prevenção fundamentados na Teoria da Aprendizagem Social, concentram o seu foco nos defeitos comportamentais de relacionamento, de forma a proporcionar situações relacionais alternativas, através de exemplos de comportamentos adequados e estimulando as influências socioculturais (Wekerle & Wolfe, 1999). A participação e envolvimento da sociedade em projetos de prevenção pode ser vantajosa, uma vez que esta detém uma responsabilidade essencial na transmissão de conhecimento e um potencial modelo de comportamento (Bandura, 1989), sendo que o êxito de uma intervenção que visa a alteração de um comportamento está associada a diversos mecanismos, tais como proporcionar oportunidades de um desempenho positivo, num contexto semelhante à realidade,

possibilitar momentos para poder observar outros a utilizar com êxito diversas competências, a oportunidade de obter *feedback* imediato dos pares e dos/as adultos/as no que diz respeito ao treino das competências e possibilitar estas oportunidades num contexto de aprendizagem seguro e que não provoque ansiedade (Bandura, 1998; Bandura & Adams, 1977).

Assim, de acordo com Bandura (1989), os programas psicossociais multifacetados que capacitem indivíduos de conhecimento, estratégias e crenças pessoais para o exercício do controlo e que facultem apoio para os esforços orientados para a mudança pessoal, podem alcançar elevados resultados positivos.

3.2. Modelo Ecológico

As estratégias de prevenção à violência têm vindo a ser estudadas e realizadas em diversos países conforme as premissas instituídas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Muitas dessas estratégias apontam para o uso do Modelo Ecológico como uma ferramenta essencial no reconhecimento dos fatores de risco e proteção (Silva & Assis, 2018). Os fatores de risco são encarados como aspetos que podem ampliar ou conservar a violência, e podem estar associados a fatores culturais, sociais, situacionais, estruturais e psicológicos (Mahlstedt & Welsh, 2005).

O Modelo Ecológico tem sido usado pela OMS (2002), com o intuito de perceber a violência no namoro. Segundo este modelo, a violência é percecionada como resultado da interação entre fatores individuais e contextuais, que têm influência no comportamento das pessoas. Este é um modelo que define quatro níveis de fatores que interagem entre si e se relacionam de forma complexa, descritos em seguida. Os *fatores individuais* tentam identificar características biológicas, psicológicas e traços de personalidade (e.g., impulsividade, presença de psicopatologia, abuso de substâncias psicoativas, história pré de agressão e/ou maus-tratos) que condicionam a predisposição para a concretização de atos (Krug et al., 2002). No que respeita aos fatores psicológicos, sintomas depressivos e comportamentos suicidas, estes são

antecipadores de violência no namoro (Roberts et al., 2003). A baixa autoestima, comportamentos antissociais, sentimento de posse e ciúme, expectativas no que se refere ao trabalho doméstico da mulher, consumo de álcool ou outro tipo de drogas, entre outros, têm sido também apontados como fatores de risco (Caridade & Machado, 2006). Relativamente aos *fatores relacionais*, estão pressupostas as relações existentes entre membros de uma família, de relações entre parceiros íntimos ou de convívio entre pares, que influenciam a existência de conflitos familiares, problemas relacionados com a parentalidade, baixo estatuto socioeconómico e/ou assimetrias de poder e controlo (Casique & Furegato, 2006). No caso de um/uma jovem ter amigos/as que cometam ou incentivem atos violentos, o risco de sofrer ou executar comportamentos equivalentes é elevado, desta forma, este nível faz referência à influência dos pares, enquanto responsável pela transmissão de normas, valores e comportamentos relacionais que são assimilados através da observação (Casique & Furegato, 2006; Krug et al., 2002). No que concerne aos *fatores comunitários*, são analisados os contextos onde se desenvolvem e decorrem as relações sociais (e.g., local de trabalho, escola), visto que as características da comunidade condicionam as relações, favorecendo ou não o fenómeno da violência (Casique & Furegato, 2006; Krug et al., 2002). Por fim, os *fatores sociais*, englobam principalmente as normas sociais, culturais, de justiça, de educação, e as políticas de saúde que modelam as características de uma sociedade e o modo como é percebido o fenómeno da violência (Krug et al., 2002; DGS, 2016).

Este modelo está atento às inúmeras origens da violência e à interação entre os fatores de risco, que operam no seio familiar, aos contextos da comunidade, sociais, culturais e económicos, que devem ser considerados aquando da idealização dos programas de prevenção (Mourão, 2014).

4. Estrutura dos Programas de Prevenção

Existem diversas abordagens relativamente ao sentido dos programas de prevenção,

mas todas elas defendem que há pontos cruciais que um programa deve focar, a nível da metodologia, dos participantes e das temáticas abordadas.

Com o passar do tempo, temos observado uma evolução na metodologia dos programas de prevenção da violência no namoro, onde projetos formados unicamente por uma componente educativa, têm acrescentado elementos mais práticos, para que haja uma maior possibilidade de se produzirem mudanças. Os programas compostos apenas por um tema não desenvolvem forçosamente uma modificação de atitudes, da mesma forma que a alteração de atitudes não leva obrigatoriamente à mudança comportamental (Wolfe et al., 2006). Muitos deles direcionam-se para aspetos associados às crenças, atitudes e comportamentos que proporcionam a violência nas relações de intimidade (Whitaker et al., 2006). Neste sentido, tem existido um grande empenho para implementar um conjunto diversificado de metodologias, englobando técnicas de resolução de conflitos, treino de competências sociais e de vida, campanhas de educação e situações de *role-play*, dando resposta às necessidades de uma abordagem multifatorial (Matos et al., 2006). É de destacar que quanto mais particular for a competência a desenvolver e quanto mais prática for a sua utilização, mais eficaz será o treino de competências, sendo fundamental usar exemplos de situações reais, e evitar usar situações abstratas e incongruentes com a realidade do sujeito (Saavedra & Machado, 2010). Normalmente, os programas são realizados em contexto escolar/universitário, de maneira a alcançar uma população em que a possibilidade de adoção de comportamentos de risco é maior (Wolfe et al., 2005; Wolfe et al., 2006). Os programas são constituídos por diversas sessões didáticas, atividades escolares e por vezes, envolvem a participação das famílias, docentes e pares (Matos et al., 2006).

Hamby (1998), defende algumas temáticas que devem ser abordadas na prevenção desta problemática, tais como a noção de violência, de relações violentas, a identificação de fatores de risco e de proteção, a desconstrução de mitos relacionados com a violência, debate sobre as

mensagens transmitidas pela sociedade sobre os papéis de gênero, poder e violência e a realização de um *brainstorming* acerca de metodologias que permitam prevenir a violência na vida de cada um e na sociedade.

Quanto aos participantes, a intervenção junto dos pares, tem-se revelado cada vez mais importante, devido à sua influência no decorrer da adolescência, de maneira a dotá-los de competências significativas para a adoção e preservação de comportamentos saudáveis e não violentos nas relações de intimidade que esses pares possam transmitir a outros (Coelho & Machado, 2010). A intervenção deve ser dirigida a ambos os sexos, isto, quando se trata de violência no namoro, visto que não são encontradas evidências de uma elevada diferenciação de gênero (O’leary et al., 2008).

Assim sendo, os pontos cruciais que devem constar num programa de prevenção são a atuação nos diferentes domínios sociais do indivíduo (família, escola, grupos de pares), realizar a identificação do impacto social e do contexto na evolução das crianças adolescentes e por fim integrar os fatores de risco e protetores, não cingindo a intervenção apenas a um deles (Catalano et al., 2002; Wolfe et al., 2005). As temáticas abordadas e os métodos utilizados nos programas de intervenção devem ser escolhidos consoante as necessidades da população-alvo (Zurbriggen, 2009). Independentemente do tipo de prevenção selecionada, os programas devem focar-se num contexto abrangente, não salientando apenas um tipo de comportamento violento ou um fator de risco, mas sim toda a problemática envolvente (Baker & Stith, 2008). O entendimento dos/as jovens face às regras do namoro vai regular o que é ou não tolerável numa relação, uma vez que regras severas e parcamente ajustadas permitem um maior uso do controlo e violência (Sears & Byers, 2010).

5. Avaliação dos Programas de Prevenção

Apesar do crescimento dos programas de prevenção, é indispensável que estes se fundamentem em métodos previamente testados e classificados como eficientes. Para isso, é

necessária uma dedicação à avaliação destes programas, de maneira combater as limitações existentes que afetam a sua eficácia e a proporcionar um caráter científico e objetivo à intervenção (Caridade et al., 2012; Matos et al., 2006; Schewe & Bennett, 2002). Habitualmente, os resultados dos programas de prevenção que são avaliados, compreendem alterações ao nível das atitudes, do conhecimento, crenças, competências e comportamentos ou intenções de comportamento (como atuariam os indivíduos numa situação hipotética) (Schewe & Bennett, 2002; Weisz & Black, 2001; Whitaker et al., 2006).

A maior parte dos trabalhos publicados demonstra defeitos metodológicos, ao nível da avaliação dos resultados, que surge como a grande limitação existente na investigação da prevenção da VN (Cornelius & Resseguie, 2007; Hickman et al., 2004; Lösel & Beelmann, 2003). Segundo Mihalic e Irwin (2003), os programas de prevenção focados nesta temática centralizam-se apenas nos resultados obtidos, deixando de lado a metodologia de implementação, particularmente, a monitorização, o tipo de técnicas usadas e a duração. Assim sendo, para uma melhor avaliação destes programas, é necessário utilizar instrumentos mais comportamentais, focados no treino e promoção de competências, uma vez que os instrumentos de autorrelato não facultam uma avaliação exata de que a mudança ocorreu (Crooks et al., 2010; Hickman et al., 2004; O'Leary et al., 2006).

Efetivamente, para uma boa compreensão dos mecanismos e resultados de uma intervenção, devem ser usadas três tipos de avaliações, as de necessidade, processo e resultados (Bartholomew et al., 2011; Murta et al., 2016). A avaliação das necessidades, assenta na análise dos fatores epidemiológicos, sociais e comportamentais implicados no fenómeno que é o foco da intervenção, podendo ser avaliados junto do público-alvo (Bartholomew et al., 2011; Murta et al., 2016). É também possível, com eventuais utilizadores da intervenção, recolher que problemas têm sido experienciados e quais as soluções disponíveis para os mesmos, na sua realidade e na comunidade referentes a tal fenómeno (Bartholomew et al., 2011; Murta et al.,

2016). Avaliar o processo, tem como objetivo investigar o desempenho de uma intervenção, através da sua implementação, mecanismos de impacto e do contexto em que esta é desenvolvida (Moore et al., 2013).

Em seguida, de modo a complementar as ferramentas de ação acima descritas, existem algumas orientações, tais como, a integração de medidas diretas de avaliação dos comportamentos percebidos como problemáticos, estimular o estudo de diferentes categorias de programas, a conceção de desenhos de avaliação mais exigentes (e.g., distribuição aleatória dos/as participantes), a avaliação dos resultados a curto, médio e longo prazo e por fim, maior rigidez na caracterização e acompanhamento da realização do programa (e.g., registo das atividades em vídeo para observação posterior) (Gottfredson & Bauer, 2007). A implementação destas metodologias experimentais, não resolvem todas as questões, uma vez que, geram novas problemáticas, entre elas, o facto da distribuição aleatória pelo grupo experimental e de controlo levar à percepção de quais os indivíduos que vão beneficiar de uma intervenção positiva (gera implicações éticas), ou as escolas podem apresentar reservas relativamente a um desenho experimental, receando a reação das famílias e profissionais à carência de alguns alunos/as de uma intervenção positiva (Cook, 2003; Lösel & Beelmann, 2003). Estas limitações, não devem desanimar a tentativa da sua implementação, desde que a análise destas adversidades, quando presentes, sejam apresentadas na avaliação dos resultados.

6. Eficácia dos programas de prevenção

Relativamente à eficácia dos programas, uma grande parte dos mesmos apresenta eficácia na alteração de atitudes e crenças (e.g., validação da violência), mas em relação às alterações comportamentais foi possível constatar que não têm sido alvo de uma avaliação rígida (Avery-Leaf & Cascardi, 2002; Hickman et al., 2004). No entanto, desconhece-se se estas alterações são perduráveis ou se têm ascendência nas ações da pessoa durante o resto da adolescência e mais tarde na idade adulta (Hickman et al., 2004). Para que a prevenção nesta

área seja eficiente, é importante analisar boas práticas provenientes de outros tipos de violência, tendo sempre presente as particularidades da violência nas relações de namoro (Crooks et al., 2010). É então importante salientar duas iniciativas norte-americanas, a *Blueprints Violence Prevention Initiative* e a *Surgeon General's Report*, que se dedicam à investigação da eficácia de programas de prevenção e que instituíram critérios de eficácia, tais como, a natureza abrangente dos programas, a escolha apropriada de alvos de mudança, o foco no desenvolvimento de competências, a inclusão das famílias, utilização dos pares e tentativa de mudança do ambiente circundante (Crooks et al., 2010). São também bons indicadores de eficácia, a abordagem plurimetodológica e pluricontextual, a partir de uma junção de diversas técnicas e métodos, da precocidade e longevidade da intervenção e a seleção criteriosa das personalidades fomentadoras da prevenção. Da mesma forma, a idade dos/as destinatários/as é também um fator importante para a eficácia, quanto mais cedo os programas forem aplicados melhores são os resultados, mesmo antes das crianças terem a idade considerada adequada para namorar (Edwards & Hinsz, 2014). É importante considerar a falta de inclusão de modelos teóricos na elaboração dos programas e a escassez de medidas psicométricas adaptadas, que determinem os seus efeitos, pois complica a obtenção de resultados conclusivos sobre a eficácia das intervenções (Caridade & Machado, 2008).

Desta forma, devemos considerar uma abordagem mais compreensiva e culturalmente específica, com o intuito de expor questões de género, questões da diversidade e de cidadania, tendo prudência com as particularidades dos grupos-alvos (Close, 2005; Saavedra & Machado, 2013). A carência no cuidado destas questões surge como limitação, pois influencia os significados e definições conferidos à violência (e.g., etnia, orientação sexual, cultura) (Abney, 2002; Coelho & Machado, 2010; Kerige et al., 2010; Smith & Welchans, 2000). A breve durabilidade das intervenções é também apresentada como uma limitação à eficácia dos programas, pois o período equivalente à intervenção não possibilita analisar com exatidão o

grau de aprendizagem, consolidação dos conhecimentos e competências trabalhadas no decorrer dos mesmos (Matos et al., 2006; Whitaker et al., 2006). Desta forma, quanto mais longo for o programa, mais promissores são os resultados ao nível das alterações comportamentais positivas e aquisição de novas competências (Close, 2005; Saavedra & Machado, 2013).

Em suma, necessitamos e devemos avaliar os programas numa fase inicial, intermédia e final, proporcionando uma melhor adaptação das atividades a implementar, tornando os/as destinatários/as agentes ativos/as e pró-ativos/as no processo, aumentando a sua motivação e participação (Neves, 2014). É importante explicar pormenorizadamente aquilo que foi realizado e como, proporcionando, toda a informação necessária para a replicação dos programas (Mihalic & Irwin, 2003).

7. Exemplos de Programas

Na literatura surgem frequentemente dois programas de referência, no que respeita às boas práticas de prevenção da violência no namoro, o programa *Safe Dates* e o *Youth Relationship Project* (Saavedra et al., 2013). O programa *Safe Dates*, é dirigido a alunos/as do 8º e 9º anos, engloba atividades escolares (viabilizando a prevenção primária) e comunitárias (possibilitando a intervenção secundária), e tem como finalidade a prevenção da incidência, a eliminação de situações de vitimação e perpetração de diferentes tipos de violência. Em seguida, surge o programa *Youth Relationship Project*, implementado junto de adolescentes com história anterior de maus-tratos e que tem como objetivo, expandir o conhecimento dos/as jovens acerca das dinâmicas de abuso, promover o desenvolvimento de competências, elucidar os participantes sobre os estereótipos de género (Wolfe et al., 2003).

A nível internacional, surgem ainda outros programas de referência, tais como, o *The Fourth R*, um programa de prevenção universal que tem como objetivos a promoção de relacionamentos íntimos saudáveis e a prevenção de comportamentos violentos (Wolfe et al.,

2003). Já existe uma versão adaptada e traduzida para a população portuguesa, denominada de *Programa 4D*, que já foi implementada em Portugal e que demonstrou resultados favoráveis ao nível da evolução de conhecimentos e da diminuição de atitudes tolerantes de comportamentos violentos (Saavedra et al., 2013).

Em Portugal, temos em execução alguns programas de prevenção. A Associação Plano i tem alguns projetos em curso, como o *UNI+* (programa de prevenção da violência no namoro em contexto universitário), que tem como objetivo a prevenção da violência no âmbito das relações íntimas juvenis, beneficiando a criação de uma cultura institucional universitária de tolerância zero à violência na intimidade (Plano i). A Associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), tem também em vigor o *Projeto Art'themis*, que é um programa de prevenção primária, aplicado no contexto escolar (desde o 1º ciclo até o ensino secundário) e tem como principal objetivo a promoção de Direitos Humanos e a Igualdade de género.

Em suma, Gottfredson e Bauer (2008), afirmam que aquilo que desconhecemos acerca da prevenção é muito superior ao que conhecemos. Existe portanto, necessidade de realizar avanços no planeamento e direção de práticas preventivas, com base em evidências. Estas conseguiriam ser essenciais em programas e políticas públicas dirigidas à consolidação da equidade de género, prevenção da violência entre jovens e na promoção dos direitos humanos (Murta et al., 2013). As intervenções devem ter um carácter mais compreensivo, utilizar métodos diversificados, transmitir conteúdos em quantidades apropriadas e satisfatórias, ter uma boa base teórica, incentivar a adoção de atitudes positivas, ser programadas no tempo, ser relevantes e sensíveis a nível social e cultural e englobar a avaliação realizada por profissionais com formação/ treino adequado (Doll et al., 2007). Evidenciar a eficácia de um programa, é um aspeto cada vez mais importante na eficácia da intervenção, especialmente, nas áreas em que a informação sobre metodologias eficientes é ainda escassa (Jaycox et al., 2006).

Parte II: Método

A segunda parte desta dissertação apresenta o método. Deste modo, primeiramente será apresentado o problema de investigação, os objetivos gerais e específicos, a questão de partida e a caracterização dos participantes. Em seguida, será descrita a técnica de recolha de dados, os procedimentos realizados e a técnica de análise de dados. Por último, serão apresentados e discutidos os resultados.

1. Apresentação do Estudo

1.1. Problema de Investigação

Todos os aspetos anteriormente expostos permitem concluir que é necessária uma avaliação pré e pós implementação dos programas preventivos desenvolvidos, não só por este fenómeno estar cada vez mais presente, mas também pelo seu crescimento alarmante.

Desta forma, é importante analisar a forma como os programas são percecionados pelos/as profissionais que os realizam e que falhas têm esses mesmos projetos, para que seja possível uma maior readequação, garantindo assim uma maior eficácia e impacto na população alvo.

1.2. Objetivos de Investigação

Este estudo tem como principal objetivo compreender a perceção de eficácia dos programas de prevenção da violência no namoro, com base na experiência de profissionais que tiveram ou têm contacto com os mesmos. Assim, são objetivos específicos deste estudo, os seguintes:

- a) Saber quais as metodologias envolvidas nos diversos programas de prevenção de VN;
- b) Quais os efeitos produzidos pelos programas implementados;
- c) Compreender o sistema de avaliação de eficácia dos programas;

1.3. Questão de Investigação

Qual a perceção de eficácia dos programas de prevenção de violência no namoro por

parte dos/as profissionais que os implementam ou implementaram?

1.4. Participantes

Os/As participantes que integram o presente estudo são 33 profissionais que estão ou estiveram envolvidos/as na implementação de programas de prevenção da violência no namoro em Portugal, de forma a permitir a identificação e análise das suas perceções acerca da eficácia dos mesmos. Trata-se de uma amostra intencional, por conveniência e não representativa da população.

Dos/as profissionais que participaram neste estudo, 93.9% são do sexo feminino e 6.1% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 19 e os 63 anos ($M=39$, $SD=10.10$), e todos/as são de nacionalidade portuguesa (100%). Ao nível das habilitações literárias, 57.6% dos/as participantes são detentores/as de mestrado, 24.2% detêm licenciatura, 12.1% possuem doutoramento e 6.1% o ensino secundário. Relativamente à ocupação, 90.9% dos/as participantes encontram-se empregados/as e 69.7% possuem formação na área das Ciências Sociais e Humanas. Quando questionados/as se detêm formação específica no domínio da VD 78.8% responderam que sim e quanto à formação de Técnico/a de Apoio à Vítima (TAV) 54.6% responderam afirmativamente. No que concerne ao contexto de atividade, 54.6% exercem no contexto da sociedade civil, 42.4% com uma duração entre 1 e 5 anos e 51.5% desempenham o papel de técnico/a (cf. Anexo B).

1.5. Instrumentos de Recolha de Dados

No presente estudo foi utilizado um inquérito por questionário *online* criado para o efeito. O mesmo foi desenvolvido na plataforma *Formulários do Google*, para a presente investigação, com base na pesquisa bibliográfica realizada. O questionário é composto por três secções com perguntas abertas e fechadas. A primeira é referente à caracterização sociodemográfica, que compreende a idade, sexo, nacionalidade, habilitações literárias,

ocupação, área(s) de formação, saber se detém formação específica no domínio da VD e ¹ formação TAV, em que contexto exerce as suas funções, durante quanto tempo e que papel desempenha(va). A segunda secção diz respeito à compreensão dos componentes e das especificidades que integram os programas, com perguntas referentes aos objetivos, participantes, intervenientes, conteúdos, metodologias, duração, resultados e princípios inerentes no desenvolvimento dos mesmos. A terceira secção é composta por perguntas alusivas à perspetiva/ótica do/a participante, acerca dos ganhos, riscos, eficácia e dos aspetos que podem tornar os programas (mais) eficazes. Por último, existe um espaço para observações, onde os/as participantes podem registar qualquer informação que considerem oportuna.

O questionário, foi utilizado por ser um instrumento que permite uma utilização pedagógica e homogeneidade da amostra, por ter um carácter muito preciso e formal na sua construção e aplicação prática e por aumentar a eficácia, validade e fiabilidade dos resultados (Azevedo & Azevedo 1994).

1.6. Procedimentos

Para a consecução do presente estudo foi estabelecido contacto, via email, com as entidades responsáveis pelos programas de prevenção da VN, bem como com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), no sentido de obter autorização para a implementação do inquérito e colaboração na divulgação do mesmo. A acompanhar o email seguia o *link* de acesso ao questionário *online* (cf. Nota de rodapé). O estudo foi também divulgado nas redes sociais.

Os/As participantes foram recrutados/as através da divulgação interna das estruturas contactadas e a recolha de dados ocorreu num período aproximadamente de quatro meses, entre 03 de novembro de 2020 e 02 de maio de 2021.

Link de acesso ao questionário: <https://forms.gle/nGCb31Wy9z2Xqoz59>

1.7. Técnica de Análise de Dados

Após a aplicação dos questionários foi realizada uma análise de conteúdo (das respostas abertas do questionário). Esta é uma técnica de análise de comunicações, que nos permite fazer inferências acerca do conteúdo recolhido (Silva & Fossá, 2015). As respostas foram classificadas em diferentes categorias, que colaboraram na compreensão da informação obtida. Foi uma análise composta por três fases: A primeira fase foi a de pré-análise onde através de uma leitura geral, foram sistematizadas as ideias iniciais e estabelecidos os indicadores para a interpretação das informações recolhidas. Na fase seguinte foi realizada uma exploração mais aprofundada dos dados recolhidos, que possibilitou a criação de categorias de primeira e segunda ordem, através dos recortes das respostas, utilizados como unidades de registo, da sua frequência, classificação e agregação. De modo a organizar toda a informação recolhida, foi utilizada uma grelha de observação. Na terceira fase foram inferidos, tratados e interpretados os resultados (Bardin, 2009).

Foi ainda feita uma análise descritiva das respostas fechadas colocadas no questionário. Os dados recolhidos foram submetidos a tratamento estatístico com recurso à aplicação informática SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). De modo a caracterizar os/as participantes, os dados são apresentados em tabelas de frequência.

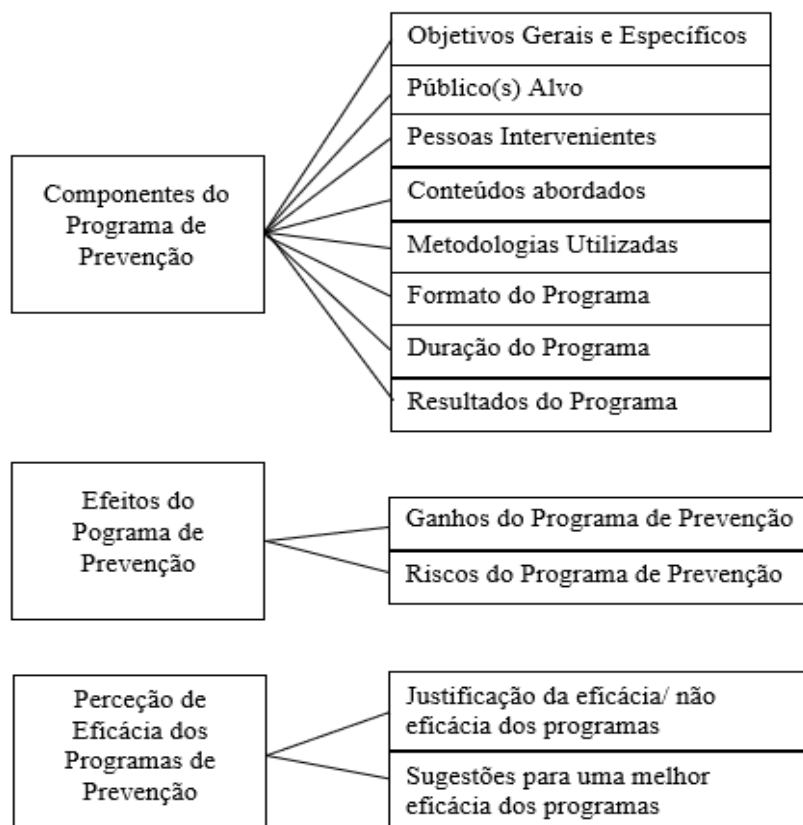
2. Apresentação dos Resultados

Através da análise de conteúdo foi possível identificar três categorias principais, os Componentes, Efeitos e Perceções de Eficácia que integram os programas de prevenção da VN. Referente à primeira categoria Componentes, esta inclui oito subcategorias mais específicas, de forma a procurar dados mais profundos, que são os Objetivos Gerais e Específicos, Público(s)-Alvo, Pessoas Intervenientes, Conteúdos Abordados, Metodologias Utilizadas, Formato do Programa, Duração do Programa e Resultados do Programa. Em relação à segunda categoria Efeitos, esta contém duas subcategorias, os ganhos e riscos dos programas

desenvolvidos. Por último, a categoria *Percepções de Eficácia*, dá espaço aos/às participantes para justificarem a sua opinião em relação à eficácia/não eficácia dos programas e fazerem sugestões que possam melhorar a eficácia dos mesmos (cf. Figura 1).

Figura 1.

Esquema da Grelha de Observação



Da mesma forma, a análise descritiva permitiu compreender que bases são abrangidas no desenvolvimento dos programas.

Em seguida, de modo a sustentar e clarificar a compreensão dos dados obtidos nas respostas aos inquéritos, serão apresentados os indicadores mais expressivos através de alguns excertos de participantes pela numeração de identificação correspondente a cada inquérito, de forma a manter o seu anonimato. Estes dados encontram-se em maior detalhe na grelha de observação (cf. Anexo C).

2.1. Componentes dos Programas de Prevenção

Esta primeira categoria pretende dar a conhecer o que englobam os programas de prevenção e em que é que consistem.

2.1.1. Objetivos Gerais e específicos

Esta subcategoria é composta por 13 indicadores, entre eles, os que demonstram maior expressão são o Caracterizar/Identificar/Compreender a VN e o Prevenir a VN. Em seguida surge a Sensibilização para a Problemática da VN, a Promoção da Alteração de Comportamentos e Atitudes, a Promoção do Desenvolvimento de Novas Competências e a Promoção de uma Política de Tolerância Zero à Violência.

Estes são os indicadores que surgem com maior frequência e que os/as participantes identificam como sendo os grandes objetivos dos programas que estão/estiveram a desenvolver. Podemos também observar que Alertar para os Direitos Humanos e Promover a Igualdade de Género, aparecem também com alguma frequência apesar de não serem tão expressivos, uma vez que apenas aparecem em seis respostas das 33 obtidas.

2.1.2. Público(s)-Alvo

Esta subcategoria pretende dar a conhecer quais as faixas etárias em que os programas mais incidem. São cinco os indicadores que constituem esta subcategoria e os que apresentam maior frequência são os/as jovens, crianças e jovens adultos. Existe uma grande discrepância entre a frequência dos/as jovens em relação à das crianças, pois o primeiro surge em 28 respostas e o segundo em sete.

2.1.3. Pessoas Intervenientes

A subcategoria pessoas intervenientes tem como objetivo compreender que outras pessoas, para além do público-alvo, participam/colaboram direta ou indiretamente no desenvolvimento do programa. É possível notar que a maioria dos indicadores identificados estão ligados ao contexto escolar e os mais expressivos são os/as docentes, que surgem em 19

das respostas e os/as assistentes operacionais, que surgem em dez das respostas. Tendo em conta o número total de respostas, os restantes indicadores (discentes, encarregados/as de educação, profissionais relacionados com a problemática e participantes estratégicos) não apresentam uma frequência significativa.

2.1.4. Conteúdos Abordados

Quando pedido aos/às participantes que indicassem quais os “conteúdos do programa de prevenção da violência no namoro em que está/esteve envolvido/a.”, os mais referidos foram a caracterização da VN, as questões/igualdade/violência de género e os modos de atuação no caso de vitimação. Apesar de nesta subcategoria terem sido identificados um grande número de indicadores, alguns deles, tais como os direitos humanos ou a desmistificação de crenças não surgem com uma frequência tão elevada como o esperado.

Desta forma, é possível compreender quais os temas mais utilizados para atingir os objetivos previamente definidos e uma melhor prevenção da problemática.

2.1.5. Metodologias Utilizadas

As metodologias utilizadas permitem perceber a forma como os conteúdos são transmitidos e se são proporcionadas atividades que permitam ao público-alvo participarem ativamente no programa. Nesta subcategoria, a discrepância entre indicadores é enorme, uma vez que o método expositivo aparece em 29 das respostas, o método ativo em 19 respostas e o método interrogativo em oito respostas. Posto isto, podemos verificar que os programas são mais dirigidos à exposição oral, sem a criação de atividades que permitam um maior envolvimento dos/as participantes.

2.1.6. Formato do Programa de Prevenção

A subcategoria formato do programa tem como objetivo compreender a frequência e tipo de sessões que são realizadas. As sessões presenciais são as que apresentam maior expressão, mas logo em seguida surgem as ações pontuais de

campanha/sensibilização/formação. É possível verificar que, apesar de as sessões semanais surgirem em dez das respostas, a maioria dos programas contém sessões muito espaçadas entre si.

2.1.7. Duração do Programa de Prevenção

Quando colocada a questão acerca da duração do programa em que estão/estiveram envolvidos, os/as participantes referem maioritariamente a realização de sessões pontuais, ou seja, podem ocorrer apenas uma vez. Os indicadores três anos, dois anos e um ano letivo, demonstram que uma grande parte dos programas têm continuidade e uma duração pré-estabelecida.

2.1.8. Resultados do programa de prevenção

Nesta subcategoria surgem apenas dois indicadores, uma melhor compreensão/consciencialização/identificação do fenómeno e alteração de comportamentos. O primeiro indicador surge com uma elevada discrepância relativamente ao segundo, uma vez que um aparece em 18 das respostas e o outro apenas em três, ou seja, a grande parte dos programas não apresenta alterações comportamentais por parte dos/as participantes envolvidos/as.

2.1.9. Caracterização das Especificidades do Programa de Prevenção

No inquérito foi pedido aos/às participantes que preenchessem um quadro sobre os programas onde estão/estiveram envolvidos. Este quadro é composto por diversas frases que possibilitam compreender quais as especificidades que estão/estiveram na base da conceção dos programas (cf. Anexo D).

Mais de metade da amostra (60.61%) afirma que o programa está a ser/foi desenvolvido na sequência de um anterior, que é/foi o resultado de uma análise prévia de indicadores de eficácia de outros programas (57.8%) e que está a ser/foi desenvolvido a partir de um diagnóstico de necessidades prévio (75.76%). 81.82% dos/as participantes afirmam também

que os programas assentam/assentaram numa perspetiva teórica específica, que contempla/ou uma perspetiva de género (87.88%), que é/foi adaptado às especificidades do público-alvo (87.88%), que se dirigiu a ambos os sexos (93.94%) e apenas 90.91% negam que o programa é/foi dirigido apenas ao sexo feminino.

Relativamente às orientações que os programas adotaram, 93.94% assumem/assumiram orientações dos planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica e 72.73% assumem/assumiram orientações internacionais. Quanto à avaliação da eficácia dos programas onde estão/estiveram envolvidos, 60.61% afirmam que não integraram/integram um plano externo de avaliação da eficácia, mas 63.64% integram/integraram um plano interno de avaliação de eficácia. Também 72.73% dos programas não integram/integraram um processo de consultoria.

Quanto aos efeitos dos programas, 72.73% vão possibilitar/possibilitaram a produção de materiais de divulgação, 51.52% não têm/tiveram o propósito de produzir conhecimento científico, 51.52% irão constar/constam de um repositório público, 54.55% irá apresentar/apresentou os resultados ao público-alvo e 54.55% irá produzir/produziu conteúdos multimédia. Mais de metade das pessoas inquiridas (72.73%) afirmam que o programa irá ter/teve continuidade.

2.2. Natureza do Programa de Prevenção

A tipologia dos programas pretende compreender que tipo de público-alvo estes objetivam alcançar, ou seja, se procura envolver indivíduos/as que não estiveram em contacto com a problemática (primária), indivíduos/as que estão em risco de se tornarem pessoas agressoras ou vítimas (secundárias) ou indivíduos/as que já foram alvo de violência no namoro e/ou praticaram (terciária) (cf. Anexo E).

É possível observar que a natureza mais prevalente é a primária (90.91%), seguindo-se da secundária (60.61%) e, por fim, a terciária (54.55%).

2.3. Efeitos do Programa de Prevenção

Esta categoria é composta por duas subcategorias, os *Ganhos* e *Riscos* dos programas de prevenção e pretende compreender os efeitos causados pelos mesmos nos participantes.

2.3.1. Ganhos do programa de prevenção

Nesta subcategoria surgem cinco indicadores, de entre os quais, os mais expressivos são a prevenção (surge em 13 das respostas) e a adoção de uma nova visão/compreensão sobre a problemática (surge em 12 das respostas).

2.3.2. Riscos do programa de prevenção

São também cinco os indicadores que compõe esta subcategoria. A resposta mais frequente dos/as inquiridos/as a esta pergunta foi que não existem riscos (surge em 15 das respostas). É também importante notar que, apesar de não ter uma frequência tão alta, surge como risco em oito das respostas o facto de os programas não terem continuidade.

2.4. Perceção de Eficácia dos Programas de Prevenção

2.4.1. Eficácia dos programas de prevenção

À pergunta “Na sua ótica, os programas de prevenção da violência no namoro em Portugal são eficazes?” mais de metade dos/as participantes (63.6%) responderam afirmativamente e 36.36% negativamente (cf. Anexo F).

2.4.2. Justificação da perceção da eficácia/ não eficácia dos programas

Os indicadores presentes nesta subcategoria, apresentam todos uma frequência muito aproximada uns dos outros. Em cinco das respostas os/as participantes referem que os programas deviam ter continuidade para gerarem maior impacto. Com uma frequência igual é também apontado que os programas falham nos seus componentes/aplicações. O indicador que surge com menor frequência (em três das respostas) é o tipo/incorrecta avaliação dos programas que prejudica a perceção da sua eficácia dos mesmos.

2.4.3. Sugestões para melhorar a eficácia dos programas.

Os programas serem mais extensos, contínuos e sistemáticos surge como o indicador mais expressivo desta subcategoria (em 15 das respostas). Outros indicadores com uma frequência relevante são a melhoria das metodologias e objetivos dos programas (oito respostas) e abranger populações mais novas (sete respostas).

3. Discussão dos Resultados

A apresentação e análise dos resultados obtidos possibilitou-nos aceder à perceção de eficácia dos/as profissionais que estão/estiveram envolvidos em programas de prevenção da violência no namoro, em Portugal. Neste sentido, segue-se a discussão dos resultados considerados mais pertinentes e relevantes no presente estudo, procurando responder aos objetivos específicos inicialmente definidos, tendo por base a revisão bibliográfica realizada.

3.1. Componentes dos Programas de Prevenção da VN

Quanto aos objetivos dos programas de prevenção, foi possível verificar na presente investigação que os mais relevantes são a caracterização/identificação/compreensão da violência no namoro, a prevenção e sensibilização da mesma, a alteração de comportamentos e atitudes, o desenvolvimento de novas competências, a promoção de uma política de tolerância zero, a consciencialização dos direitos humanos e promoção da igualdade de género. Estes objetivos são preditores de diminuição do grau de incidência da violência no namoro (Close, 2005; Fredland et al., 2005; Lowe et al., 2007; Matos et al., 2006; Salazar & Cook, 2006; Whitaker et al., 2006). É fundamental compreender se os objetivos são adaptados consoante o público-alvo, pois nem todos/as apresentam as mesmas necessidades.

Os resultados sugerem que muitos dos programas de prevenção da VN têm como público-alvo os/as jovens e crianças. Estas são as idades mais indicadas para intervir ao nível desta problemática e prevenir futuramente a violência nos relacionamentos amorosos (Almeida, 2012; Foshee et al., 2009; Smith et al., 2003). Quanto mais cedo for a intervenção, maior é a probabilidade de prevenir a formação de conceções erradas, acerca das relações

íntimas. Assim, quando iniciarem este tipo de relações, estão capacitados/as para distinguir o que é amor de violência. Todavia, implementar programas nestas idades é sinónimo de muitas dificuldades, tais como o consentimento familiar, a disponibilidade da escola e a resistência dos/as professores/as, o que leva os aplicadores a escolherem muitas vezes populações com maior idade (e.g., universitários/as).

No que respeita às pessoas intervenientes, os programas muitas vezes integram a participação das famílias, pares, docentes e restante comunidade escolar (Matos et al., 2006), o que pode ser verificado nos resultados obtidos, uma vez que os indicadores mais frequentes foram os docentes, assistentes operacionais e profissionais relacionados com a área. Apesar da intervenção junto dos pares se revelar cada vez mais importante, uma vez que estes/as são grandes influenciadores/as de comportamentos e atitudes (Coelho & Machado, 2010), este é um grupo que não surge nas respostas dos inquiridos. Isto sugere que os futuros programas devem ponderar incluir os pares nas suas intervenções, de forma a abranger todos os domínios sociais dos indivíduos (Catalano et al., 2002; Wolfe et al., 2005).

Segundo Zurbriggen (2009), as temáticas abordadas nos programas de prevenção devem ser escolhidas com base numa análise das necessidades do público-alvo. As temáticas mais mencionadas pelos inquiridos foram os modos de atuação no caso de vitimação, a caracterização da VN, as questões/igualdade e violência de género, o que segundo Hamby (1998), são temas essenciais a serem abordados. Existem outros temas que não surgem com tanta frequência nos resultados alcançados, mas que são importantes, tais como a caracterização de relacionamentos saudáveis, que promove o término de padrões de interação negativos (Fritz & Slep, 2009), e o ensino de competências pessoais/sociais, que contribui para a substituição do abuso físico e psicológico pelo controlo dos comportamentos nas relações amorosas (James et al., 2000). Devem ser transmitidos aos/às jovens quais os fatores de risco e de proteção e desmistificar crenças em relação à VN, de forma a empoderá-los/as para que evitem e/ou

enfrentem relações abusivas (Danis & Anderson, 2008; Hamby, 1998), porém estes foram temas que revelaram uma frequência muito baixa nos resultados obtidos. Ao não serem abordados temas tão importantes como fatores de risco e de prevenção, os/as jovens não estarão capacitados/as para os identificar e reagir de forma assertiva aos mesmos.

Muitas intervenções recorrem ao método ativo, através de estratégias de *role-play*, jogos interativos ou atividades didáticas, de modo a aumentar o nível de interesse, o envolvimento do indivíduos na intervenção, ao mesmo tempo que estão a ser transmitidas as informações significativas (Close, 2005; Matos et al., 2006). Nos resultados obtidos é possível verificar que apesar de o método ativo demonstrar uma frequência muito satisfatória e significativa (19 respostas), o método expositivo continua a ser o mais adotado, uma vez que está presente em 27 das respostas. A presente investigação permitiu corroborar que a maioria dos programas utilizam uma abordagem multifatorial, através da associação entre a componente educativa e as componentes mais práticas, o que proporciona uma maior probabilidade de alteração de comportamentos (Wolfe et al., 2006). Devemos compreender até que ponto os/as profissionais se sentem preparados/as e confortáveis para abarcar metodologias ativas e de educação não formal.

Relativamente ao formato do programa, os resultados mais expressivos são as sessões presenciais e as ações pontuais de campanha/sensibilização/formação. A escolha do formato está dependente da disponibilidade da entidade que vai receber o programa e também de quem o vai implementar. Uma vez que a maioria dos programas são aplicados em contextos escolares, existem muitas limitações na regularidade das sessões, o que leva à adoção de ações pontuais (Caridade et al., 2012; Matos et al., 2006). Quanto à duração dos programas, quanto mais longos forem melhores serão os resultados ao nível das alterações comportamentais positivas e aquisição de novas competências (Close, 2005; Saavedra & Machado, 2013), uma vez que acompanham o desenvolvimento das crianças/jovens. Os resultados obtidos demonstram que

as sessões pontuais são as mais utilizadas. As sessões pontuais são frequentemente utilizadas por serem mais práticas e não implicarem tanto tempo, mas não apresentam tantos benefícios como um programa de longa duração. Estas sessões apenas permitem aos/às participantes desenvolverem uma pequena ideia acerca da problemática, não permitem explorar as temáticas que a envolvem, desenvolver atividades e mais importante, não permitem alterar comportamentos. Apenas cinco dos inquiridos referiram que o programa em que estão/estiveram envolvidos tem/teve a duração de três anos, o que é uma longevidade que permite analisar o grau de aprendizagem dos conhecimentos e competências (Matos et al., 2006), permite trabalhar todas as vertentes da VN e empoderar os/as jovens de estratégias que os/as possibilitem lidar e reagir a situações violentas.

No que concerne aos resultados dos programas, é possível verificar que o indicador mais mencionado pelos inquiridos foi uma melhor compreensão/consciencialização/identificação do fenómeno, o que demonstra que pelo menos um dos objetivos anteriormente referidos foi alcançado por alguns dos programas. Todos estes resultados são importantes para prevenir a VN, contudo existe um que não foi referido com tanta frequência e que é o mais importante, a alteração de comportamentos. Se a compreensão do fenómeno for alterada, mas os comportamentos e atitudes não, os números da VN não vão diminuir. Se a consciencialização da problemática é um dos resultados mais expressivos, é necessário entender porque é que tantos/as jovens continuam a não saber identificar e a aceitar comportamentos violentos/abusivos. Um programa de prevenção da VN ter apenas como resultado uma melhor compreensão do fenómeno, não é suficiente. É necessário que os/as participantes saiam também dotados de novas estratégias de enfrentamento, resolução de problemas, autorregulação emocional e com conhecimento acerca de todos os meios e entidades disponíveis para auxiliar.

3.2. Especificidades dos Programas de Prevenção da VN

Aquando da concepção de um programa de prevenção, é necessário ter uma base teórica sólida e realizar uma avaliação das necessidades do público-alvo, de modo a definir e explicitar o desenho do programa (Wholey, 2004). Os resultados obtidos demonstram que 81.82% dos programas assentam/assentaram numa perspetiva teórica específica e 75.76% referem que foi realizado previamente um diagnóstico de necessidades. Ter uma perspetiva teórica como base permite compreender melhor que linha de pensamento segue o programa e o diagnóstico de necessidades, possibilita um maior conhecimento do público-alvo, de quais as atividades mais adequadas a realizar e uma melhor compreensão de quais as temáticas a dar maior relevo.

Segundo O'leary et al. (2008) os programas devem ser dirigidos a ambos os sexos, e os dados alcançados demonstram que 93.94% seguiram essa diretriz e apenas 9.09% se dirigiu apenas ao sexo feminino. Esta tipologia de programas para obter maior êxito deve também estar adaptada às necessidades do público-alvo, como por exemplo criar oportunidades de um desempenho positivo num contexto semelhante à sua realidade (Bandura, 1998; Bandura & Adams, 1977; Saavedra & Machado, 2013) e as respostas obtidas demonstram que 87.88% tiveram em conta este aspeto.

Relativamente aos programas em que os/as participantes estão/estiveram envolvidos/as é possível verificar, na nossa investigação, que 60.61% foram desenvolvidos na sequência de um anterior, que 57.58% são resultado de uma análise prévia de indicadores de eficácia de outros programas, que 93.94% assumiram as orientações dos planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica e 72.73% assumiram orientações internacionais. Os programas devem ser fundamentados em métodos previamente testados e identificados como eficientes. Para isto, é essencial que seja realizada uma avaliação dos programas implementados, de forma a proporcionar conteúdos com carácter científico e objetivo à intervenção (Schewe & Bennett, 2002). As respostas dos/as participantes, ao nosso estudo, vão ao encontro do acima descrito,

pois verifica-se que 48.48% vão produzir conteúdo científico e 51.52% vão constar de um repositório público. Se todos os programas implementados seguissem as recomendações internacionais e nacionais e fossem desenvolvidos na sequência de um anterior, a sua eficácia seria maior e os números da VN não aumentariam tão exponencialmente, como temos vindo a observar nos últimos anos. Também se uma percentagem maior das entidades produzisse conteúdo científico e colocasse os seus resultados disponíveis ao público, os dados estatísticos e estudos desenvolvidos não seriam tão parcos e possibilitariam uma visão mais realista da dimensão desta problemática no nosso país.

No que concerne à avaliação dos programas, verifica-se nesta investigação que 63.64% integram um plano interno de avaliação da eficácia, dado que não vai no sentido dos estudos de Cornelius e Resseguie (2007) e de Hickman et al. (2004), que identificam como principal limitação dos programas de prevenção da VN a escassez da avaliação de resultados. Porém, os resultados alcançados demonstram que 60.61% dos programas em que os inquiridos participam/participaram não integram um plano externo de avaliação de eficácia, o que já vai ao encontro dos estudos identificados acima. A grande parte dos programas que realiza uma avaliação de resultados, cinge-se à avaliação dos resultados finais. Para uma melhor perceção dos resultados e eficácia, devem ser desenvolvidas avaliações no início do programa, no meio, no fim e ainda deve ser realizada uma sessão de follow-up, de modo a perceber se as alterações comportamentais perduraram no tempo. Para garantir este processo, os programas necessitam de uma avaliação externa e isso não se verifica, o que põe em causa a verdadeira perceção de eficácia.

No que diz respeito à longevidade dos programas, denota-se que 72.73% irão ter/tiveram continuidade, o que segundo Close (2005), Saavedra e Machado (2013) é um elemento fundamental para o sucesso dos programas de prevenção, ou seja, quanto mais longo for o programa melhores serão os resultados. É fundamental perceber se os programas que vão

ter continuidade, realizam adequações, com vista a uma maior eficácia.

Segundo Blaya et al. (2008), para além das características da intervenção, o modo como ela é implementada é também de extrema importância, como por exemplo, a formação dos/as aplicadores/as do programa e se o mesmo integra um processo de consultoria externa. Os dados recolhidos, nesta investigação, demonstram que 75.76% dos programas são implementados por uma equipa interdisciplinar. Todos os programas deveriam ser compostos por uma equipa multidisciplinar e por profissionais com formação na área. Caso contrário, os riscos do programa aumentam exponencialmente, uma vez que a informação, as temáticas e a explicação da problemática podem não ser transmitidas e abordadas da forma mais correta. Por outro lado, verifica-se que 72.73% dos programas não integram um processo de consultoria. A falta de um processo de consultoria impede um levantamento adequado das necessidades do público-alvo, impede também a identificação de soluções e a recomendação de ações que ajudem a melhorar a eficácia dos programas. Desta forma, incluir um processo de consultoria é fundamental na implementação de um programa de prevenção da VN.

3.3. Natureza dos Programas de Prevenção

Relativamente à natureza dos programas, os resultados obtidos demonstram que os programas mais utilizados são os primários (90.91%) e os secundários (60.61%). Estes programas possibilitam fornecer aos/às participantes as ferramentas necessárias para reagir à adoção de atitudes e comportamentos perigosos (Cornelius & Resseguie, 2007; Fields & McNamara, 2003). Assim, os/as jovens têm capacidade de reconhecer uma situação de violência e de utilizar as estratégias adquiridas no programa.

3.4. Efeitos do Programa de Prevenção

No que concerne aos efeitos dos programas podemos verificar, na nossa investigação, duas categorias, os ganhos e os riscos.

Em relação aos ganhos, é passível de verificar nos resultados alcançados que a

prevenção é a resposta mais expressiva, o que demonstra que a prevenção da violência no namoro no decorrer da adolescência é de extrema importância, pois permitem prevenir de uma forma primária a violência nas relações de intimidade adultas (Foshee et al., 2010). Outro dos ganhos que surge com elevada expressividade é a adoção de uma nova visão/compreensão acerca da problemática. Os programas têm sido desenvolvidos com este propósito, ou seja, para desmistificar concepções estereotipadas sobre os papéis de género, para fornecer informação sobre violência de género, entre outras (Murta et al., 2015; Salazar & Cook, 2006).

Quanto aos riscos, a resposta que aparece com maior frequência, é a ausência de riscos associados aos programas de prevenção da VN. Os riscos devem ser acautelados através da recolha de informação e necessidades do público-alvo, de forma a escolher as abordagens, temáticas, metodologias e atividades mais adequadas às suas características. Caso este levantamento de informação não seja realizado, os/as participantes não vão usufruir de uma intervenção vantajosa e não irá ocorrer alteração de atitudes e comportamentos. Porém, outra das respostas que surge com grande regularidade à pergunta "... que riscos poderá ter/teve o programa de prevenção da violência no namoro em que está/esteve envolvido/a?" é a falta de continuidade dos mesmos, que pode ser verificada também como uma das grandes limitações à eficácia dos programas (Matos et al., 2006; Whitaker et al., 2006). Uma vez que a falta de continuidade dos programas é apresentada em diversos pontos e categorias, este deveria ser o aspeto a ter maior cuidado aquando da conceção de novos programas e em novas aplicações de programas já existentes. Deste modo, ao aumentar a longevidade, a alteração comportamental é mais provável de acontecer, pois o envolvimento no programa torna-se maior e a compreensão da problemática e dos riscos que acarreta seria melhor. Se for prolongada uma intervenção onde não foi executada um levantamento de necessidades, então a probabilidade de o programa acarretar riscos é maior, pois a intervenção pode não estar a ser a mais adequada.

3.5. Percepção de Eficácia dos Programas de Prevenção

No que respeita à percepção de eficácia dos programas de prevenção, é possível verificar que 63.64% dos inquiridos consideram eficazes os programas de prevenção da violência no namoro realizados em Portugal. Porém, quando lhes foi pedido que justificassem a sua percepção de eficácia/não eficácia e que dessem sugestões para melhorar a eficácia dos mesmos, as respostas obtidas vão ao encontro das principais limitações encontradas na literatura. A grande parte dos/as participantes que disse considerar os programas eficazes, também apresentou sugestões de melhoria. Desta forma, para se considerar um programa totalmente eficaz não deveria ser necessário melhorar aspetos como a longevidade, metodologias, público-alvo, entre outros, uma vez que são aspetos fundamentais para atingir bons resultados. As principais respostas foram a continuidade dos programas (serem mais extensos, contínuos e sistemáticos), melhorar os componentes/metodologias utilizadas, o tipo/incorrecta avaliação dos programas e abranger populações mais novas, o que vai no sentido de diversos estudos nacionais e internacionais (Caridade & Machado, 2008; Cornelius & Resseguie, 2007; Crooks et al., 2010; Hickman et al., 2004; Matos et al., 2006; Whitaker et al., 2006).

Parte III- Conclusões

No decorrer deste trabalho, pretendeu-se compreender a perceção de eficácia dos programas de prevenção da VN, por parte de profissionais que estão/estiveram envolvidos nos mesmos.

Ao longo dos últimos anos, tem sido possível verificar um aumento no interesse pelo estudo desta problemática, assim como um maior número de investigações desenvolvidas, porém a violência no namoro continua uma temática parcamente investigada em Portugal. Apesar de ser possível observar uma evolução, esta não é suficiente para acompanhar o desenvolvimento que se verifica nas investigações implementadas internacionalmente, assim como o empenho ao nível da prevenção.

Atualmente, pode-se verificar a nível internacional, a existência de vários programas de prevenção da VN, contudo são poucos os que possibilitam confirmar a sua eficácia e que não apresentam defeitos metodológicos, já referidos anteriormente (Hickman et al., 2004; Whitaker et al., 2006).

Desta forma, tendo em consideração as investigações encontradas sobre a temática, os esforços preventivos e programas implementados a nível nacional, procurou-se compreender a forma como os/as profissionais que estão/estiveram envolvidos percecionam os programas, uma vez que a grande maioria dos estudos apenas se preocupa em perceber a perspetiva dos/as participantes.

Neste estudo, verificou-se que os componentes dos programas, os objetivos, o público-alvo, as pessoas intervenientes, os conteúdos abordados, as metodologias utilizadas, o formato do programa e os resultados, mostram ser os mais adequados a um programa de prevenção desta problemática. Porém, a duração dos programas revela não ser a mais apropriada, uma vez que as sessões pontuais são as mais utilizadas. Este é um aspeto que, como referido anteriormente, é uma das maiores limitações dos programas de prevenção e deve ser corrigido

futuramente, para uma melhor eficácia e aproveitamento. Deste modo, ao melhorar a duração, há um maior aproveitamento por parte dos/as participantes, o número de conteúdos abordados pode ser maior e podem também ser transmitidos, explicados com mais calma e clareza. Permite também aos/às participantes e aplicadores/as uma maior compreensão da problemática e envolvimento no programa, nas suas atividades e temáticas. O facto da grande parte dos programas ser apenas financiado a curto ou médio prazo é um dos maiores motivos para os programas não terem a durabilidade mais adequada, não permitindo às entidades e profissionais prolongar os programas, mesmo que desejem.

Foi ainda possível verificar que as especificidades utilizadas pelos programas são, na sua maioria, as mais indicadas (referidas na literatura) para a prevenção desta problemática. No que concerne ao plano interno de avaliação de eficácia, esta especificidade é apresentada como uma limitação dos programas, todavia os resultados obtidos surpreenderam e demonstraram que em Portugal muitos dos programas são detentores desse mesmo plano.

Os efeitos dos programas indicados pelos/as participantes foram os esperados e revelaram ser positivos, o que demonstra que a prevenção da VN em Portugal tem procurado evoluir.

As principais conclusões vão no sentido de que os/as profissionais consideram os programas eficazes, mas os números da VN não cedem e é necessário compreender o porquê. Foi possível observar que não existem diferenças entre as perceções das pessoas da administração pública e das ONG's. Os/As participantes apontam inúmeras falhas, principalmente metodológicas, que necessitam de uma maior atenção e de serem melhoradas, de forma a incrementar a eficácia dos programas de prevenção. Uma vez que, a maior parte das pessoas reconhece e identifica as fraquezas e entraves dos programas de prevenção, proponho que seja estudado e compreendido quais os esforços realizados e que estratégias são implementadas, por parte dos/as profissionais e das entidades responsáveis, para contornar e

colmatar as lacunas que existem na prevenção.

Como em qualquer investigação, existiram algumas limitações neste estudo empírico. Em primeiro lugar destaca-se o reduzido número de participantes, que impede a representatividade dos dados e a generalização de possíveis interpretações. Em seguida, devido à pandemia “*COVID-19*”, a recolha de dados apenas foi possível através do inquérito por questionário *online*, o que impossibilitou o contacto direto com os/as participantes e uma melhor explicação do estudo, das perguntas colocadas e da sua perspetiva.

Em suma, esta investigação permitiu recolher um conjunto de informações acerca dos componentes, especificidades, natureza, ganhos e perceção de eficácia dos programas de prevenção da VN, porém muitas questões podem ainda ser estudadas, como por exemplo perceber se as entidades e profissionais tentam corrigir e melhorar as falhas identificadas. Neste sentido, devido às limitações do estudo sugere-se para trabalhos futuros, recolher os dados através de entrevista e tentar incluir um maior número de participantes. Poderá também ser relevante analisar as perceções de eficácia dos/as profissionais e dos/as participantes, em conjunto num mesmo estudo.

Referências Bibliográficas

- Abney, V. D. (2002). Cultural competency in the field of child maltreatment. In J. E. B. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. T. Hendrix, C. Jenny, & T. A. Reid (Eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (pp. 477–486). Sage Publications, Inc.
- Almeida, E. C. V. (2012). *Programa breve de sensibilização/prevenção da violência no namoro* [Bachelor's thesis, [sn]].
- Antunes, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. *Violência e vítimas de crimes, 1*, 43-77.
- Antunes, O. (2016). *Violência nos relacionamentos íntimos em estudantes universitários* [Master's thesis].
- APAV (2007). Relatório Final de Actividades do Projecto IUNO II – sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual. Manuscrito não publicado.
- APAV (2012). *Violência Doméstica*. Disponível em <https://apav.pt/vd/index.php/features2>
- APAV (2020). *Estatísticas APAV. Relatório Anual- Ano 2019*. Lisboa.
- Associação Plano i. *Programa de Prevenção da Violência no Namoro em Contexto Universitário*. Porto. Retrieved from <https://unimais.wixsite.com/unimaisprograma>
- Avery-Leaf, S., & Cascardi, M. (2002). Dating violence education: Prevention and early intervention strategies. In P. A. Schewe (Ed.), *Preventing violence in relationships: Interventions across the life span* (pp. 79–105). American Psychological Association. Retirado de <https://doi.org/10.1037/10455-004>
- Azevedo, C. A. M., & Azevedo, A. G. (1994). *Metodologia Científica*, Porto: Ed. Carlos Azevedo.
- Bandura, A. (1980). Gauging the relationship between self-efficacy judgment and action. *Cognitive therapy and research, 4*(2), 263-268.
- Bandura, A. (1984). Recycling misconceptions of perceived self-efficacy. *Cognitive therapy*

- and research*, 8(3), 231-255.
- Bandura, A. (1989). Human agency in social cognitive theory. *American psychologist*, 44(9), 1175.
- Bandura, A. (1998). Health promotion from the perspective of social cognitive theory. *Psychology and health*, 13(4), 623-649.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual review of psychology*, 52(1), 1-26.
- Bandura, A., & Adams, N. E. (1977). Analysis of self-efficacy theory of behavioral change. *Cognitive therapy and research*, 1(4), 287-310.
- Bandura, A., & McClelland, D. C. (1977). *Social learning theory* (Vol. 1). Prentice Hall: Englewood cliffs.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*, Edições 70, Lisboa. Portugal, LDA, 288p.
- Bartholomew, L. K., Parcel, G. S., Kok, G., Gottlieb, N. H., & Fernández, M. E. (2011). Intervention mapping step 1: Needs assessment. *Planning health promotion programs: an intervention mapping approach*, 3.
- Basile, K. C., Arias, I., Desai, S., & Thompson, M. P. (2004). The differential association of intimate partner physical, sexual, psychological, and stalking violence and posttraumatic stress symptoms in a nationally representative sample of women. *Journal of Traumatic Stress: Official Publication of The International Society for Traumatic Stress Studies*, 17(5), 413-421.
- Benavides Delgado, J. (2016). Violencia en el noviazgo: diferencias de género. *Informes psicológicos*, 16(2), 27-36.
- Byers, E. S., & Eno, R. J. (1992). Predicting men's sexual coercion and aggression from attitudes, dating history, and sexual response. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 4(3), 55-70.

- Bilic, V. (2013). Violence among peers in the real and virtual world. *Pedijatrija Danas: Pediatrics Today*, 9(1).
- Bittar, D. B., & Nakano, A. M. S. (2018). Symbolic violence among adolescents in affective dating relationships. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 51.
- Blaya, C., Debarbieux, E., Denecheau, B., Telega, N., Soares, J. B., & Hatfield, H. (2008). Expel violence. *A Systematic Review of Interventions to Prevent Corporal Punishment, Sexual Violence and Bullying in Schools*". Bordeaux: International Observatory on Violence in Schools.
- Bui, H. N., & Morash, M. (1999). Domestic violence in the Vietnamese immigrant community: An exploratory study. *Violence against women*, 5(7), 769-795.
- Butchart, A., Mikton, C., Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2015). Global status report on violence prevention 2014.
- Callahan, M. R., Tolman, R. M., & Saunders, D. G. (2003). Adolescent dating violence victimization and psychological well-being. *Journal of adolescent research*, 18(6), 664-681.
- Caridade, S. (2011). *Vivências Amorosas Violentas: Uma abordagem Científica*. Almedina.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, 24, 485-493.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: relevância da prevenção. *Psicologia*, 22(1), 77-104.
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações íntimas juvenis: uma revisão da investigação, prática e teoria. *Psicologia*, 27(I), 91-113.
- Caridade, S., Saavedra, R., & Machado, C. (2012). Práticas de prevenção da violência nas relações de intimidade juvenil: orientações gerais. *Análise Psicológica*, 30(1/2), 131-142.
- Casique, L. C., & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões

- teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6).
- Catalano, R. F., Hawkins, J. D., Berglund, M. L., Pollard, J. A., & Arthur, M. W. (2002). Prevention science and positive youth development: competitive or cooperative frameworks?. *Journal of Adolescent Health*, 31(6), 230-239.
- Close, S. M. (2005). Dating violence prevention in middle school and high school youth. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 18(1), 2-9.
- Coelho, C., & Machado, C. (2010). Violência entre jovens: prevenção através da educação por pares. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Braga: Escola de Psicologia da Universidade do Minho.*
- Cook, T. D. (2003). Why have educational evaluators chosen not to do randomized experiments?. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 589(1), 114-149.
- Cornelius, T. L., & Resseguie, N. (2007). Primary and secondary prevention programs for dating violence: A review of the literature. *Aggression and violent behavior*, 12(3), 364-375.
- Counts, D. A., Brown, J. K., & Campbell, J. (Eds.). (1999). *To have and to hit: Cultural perspectives on wife beating*. University of Illinois Press.
- CPP [Código Penal Português]. (1995). *Atualizado até à Lei n.º 59/2007, de 04 de setembro.*
- Crooks, C. V., Jaffe, P. G., Wolfe, D. A., Hughes, R., & Chiodo, D. (2010). School based dating violence prevention. *Sourcebook on violence against women*, 327.
- Danis, F. S. & Anderson, K. M. (2008). An Underserved Population and Untapped Resource: A Preliminary Study of Collegiate Sorority Response to Dating Violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 17(3), 336-351.
- Dias, A. R. (2012). *Repertórios interpretativos sobre o amor: das narrativas culturais às*

- conjugalidades violentas* [Doctoral dissertation, Dissertação de candidatura ao grau de Doutoramento. Braga: Escola de Psicologia. Universidade do Minho].
- DGS (2014). *Violência Interpessoal- Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde*. Lisboa: Direção Geral de Saúde.
- Doll, L. S., Saul, J. R., & Elder, R.W. (2007). Injury and violence prevention interventions: an overview. In L. S. Doll, J. A. Mercy, & D. A. Sleet (Eds.), *Handbook of injury and violence prevention* (pp 21-32). Atlanta: Springer.
- Doroteia, J. M. R. (2013). *Violência no namoro: Atitudes legitimadoras e exposição ao conflito interparental* [Doctoral dissertation, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz].
- Dutton, D. G. (1999). Limitations of social learning models in explaining intimate aggression. *Violence in intimate relationships*, 73-87.
- Edwards, S. R., & Hinsz, V. B. (2014). A meta-analysis of empirically tested school-based dating violence prevention programs. *Sage open*, 4(2), 2158244014535787.
- Ferreira, M. E. (2005). *Da intervenção do Estado na questão da violência conjugal em Portugal*. Almedina.
- Ferreira, M. J. D. S. (2011). *A violência no namoro: Estudo exploratório de caracterização das reacções dos adolescentes face à violência* [Doctoral dissertation].
- Fields, S. A., & McNamara, J. R. (2003). The prevention of child and adolescent violence: A review. *Aggression and violent behavior*, 8(1), 61-91.
- Filipe, S. D. A. (2013). *Modelos percebidos de causalidade da violência entre parceiros íntimos* [Doctoral dissertation].
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007). Polyvictimization and trauma in a national longitudinal cohort. *Development and psychopathology*, 19(1), 149-166.
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007b). Poly-victimization: A neglected

- component in child victimization. *Child abuse & neglect*, 31(1), 7-26.
- Finkelhor, D., Vanderminden, J., Turner, H., Shattuck, A., & Hamby, S. (2014). Youth exposure to violence prevention programs in a national sample. *Child Abuse & Neglect*, 38(4), 677-686.
- Foo, L., & Margolin, G. (1995). A multivariate investigation of dating aggression. *Journal of Family Violence*, 10(4), 351-377.
- Foshee, V. A., Bauman, K. E., & Linder, G. F. (1999). Family violence and the perpetration of adolescent dating violence: Examining social learning and social control processes. *Journal of Marriage and the Family*, 331-342.
- Foshee, V. A., & Reyes, H. L. M. (2009). Primary prevention of adolescent dating abuse perpetration: When to begin, whom to target, and how to do it. In D. J. Whitaker & J. R. Lutzker (Eds.), *Preventing partner violence: Research and evidence-based intervention strategies* (pp. 141–168). American Psychological Association. Retirado de <https://doi.org/10.1037/11873-007>
- Foshee, V. A., McNaughton Reyes, H. L., & Ennett, S. T. (2010). Examination of sex and race differences in longitudinal predictors of the initiation of adolescent dating violence perpetration. *Journal of aggression, maltreatment & trauma*, 19(5), 492-516.
- Fredland, N. M., Ricardo, I. B., Campbell, J. C., Sharps, P. W., Kub, J. K., & Yonas, M. (2005). The meaning of dating violence in the lives of middle school adolescents: A report of a focus group study. *Journal of School Violence*, 4(2), 95-114.
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. Sage.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. D. S., & Coelho, T. M. D. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta paulista de enfermagem*, 20(4), 504-508.

- Gonçalves, M. A. D. S. (2013). *Namoro na adolescência: atitudes de legitimação de violência e estratégias de resolução de conflitos em adolescente nos Açores* [Doctoral dissertation].
- Gordon Jr, R. S. (1983). An operational classification of disease prevention. *Public health reports*, 98(2), 107.
- Gottfredson, D. C., & Bauer, E. L. (2008). Interventions to prevent youth violence. In *Handbook of injury and violence prevention* (pp. 157-181). Springer, Boston, MA.
- Hall, J. E., Walters, M. L., & Basile, K. C. (2012). Intimate partner violence perpetration by court-ordered men: Distinctions among subtypes of physical violence, sexual violence, psychological abuse, and stalking. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(7), 1374-1395.
- Hamby, S. L. (1998). *Partner violence: Prevention and intervention*. Sage Publications, Inc.
- Hamby, S. L. (2006). The who, what, when, where, and how of partner violence prevention research. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 13(3-4), 179-201.
- Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violence by intimate partners. *World report on violence and health*, 1, 87-113.
- Hickman, L. J., Jaycox, L. H., & Aronoff, J. (2004). Dating violence among adolescents: Prevalence, gender distribution, and prevention program effectiveness. *Trauma, violence, & abuse*, 5(2), 123-142.
- Hines, D. A., & Saudino, K. J. (2002). Intergenerational transmission of intimate partner violence: A behavioral genetic perspective. *Trauma, Violence, & Abuse*, 3(3), 210-225.
- Hoffman, J. S. (2003). *World Report on Violence and Health*. Edited by EG Krug, LL Dahlberg, JA Mercy, A Zwi, R Lozano. Geneva: World Health Organization, 2002.
- Hope, T., Bryan, J., Trickett, A., & Osborn, D. R. (2001). The phenomena of multiple victimization. The relationship between personal and property crime risk. *British Journal of Criminology*, 41(4), 595-617.

- Hydén, M. (1995). Verbal aggression as prehistory of woman battering. *Journal of Family Violence, 10*(1), 55-71.
- Ismail, F., Berman, H., & Ward-Griffin, C. (2007). Dating violence and the health of young women: A feminist narrative study. *Health Care for Women International, 28*(5), 453-477.
- Jackson, S. M. (1999). Issues in the dating violence research: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 4*(2), 233-247.
- James, W. H., West, C., Deters, K. E., & Armijo, E. (2000). Youth dating violence. *Adolescence, 35*(139), 455.
- Jaycox, L. H., McCaffrey, D. F., Ocampo, B. W., Shelley, G. A., Blake, S. M., Peterson, D. J., ... & Kub, J. E. (2006). Challenges in the evaluation and implementation of school-based prevention and intervention programs on sensitive topics. *American Journal of Evaluation, 27*(3), 320-336.
- Jewkes, R. (2002). Preventing sexual violence: a rights-based approach. *The Lancet, 360*(9339), 1092-1093.
- Kaplan, R. M. (2000). Two pathways to prevention. *American psychologist, 55*(4), 382.
- Karakurt, G., Keiley, M., & Posada, G. (2013). Intimate Relationship Aggression in College Couples: Family-of-Origin Violence, Egalitarian Attitude, Attachment Security. *Journal of Family Violence, 28*(6), 561-575.
- Kaukinen, C., Buchanan, L., & Gover, A. R. (2015). Child abuse and the experience of violence in college dating relationships: Examining the moderating Effect of gender and race. *Journal of family violence, 30*(8), 1079-1092.
- Kerig, P. K., Volz, A. R., Moeddel, M. A., & Cuellar, R. E. (2010). Implementing the Expect Respect dating violence prevention program in diverse contexts: Flexibility with fidelity. *Journal of Aggression, Maltreatment, and Trauma, 19*, 661-680.
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence

- and health. *The lancet*, 360(9339), 1083-1088.
- Leen, E., Sorbring, E., Mawer, M., Holdsworth, E., Helsing, B., & Bowen, E. (2013). Prevalence, dynamic risk factors and the efficacy of primary interventions for adolescent dating violence: An international review. *Aggression and violent behavior*, 18(1), 159-174.
- Lei nº. 112/2009 da Assembleia da República (2009). Diário da República: I Série A, n.º 180. Retirado de http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1138&tabela=leis
- Leitão, M., Fernandes, M., Fabião, J., Sá, M. C., Veríssimo, C. M., & Dixe, M. A. (2013). Prevenir a violência no namoro: N (Amor) O (Im) Perfeito: Fazer diferente para fazer a diferença. *Coimbra, Portugal: Escola Superior de Enfermagem de Coimbra*.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género. Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lopes, A. I. S. (2014). *Afetos, desafetos e abuso relacional na adolescência* [Doctoral dissertation].
- Lösel, F., & Beelmann, A. (2003). Effects of child skills training in preventing antisocial behavior: A systematic review of randomized evaluations. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 587(1), 84-109.
- Lowe, L. A., Jones, C. D., & Banks, L. (2007). Preventing dating violence in public schools: An evaluation of an interagency collaborative program for youth. *Journal of School Violence*, 6(3), 69-87.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a portuguese sample. *Journal of Family Violence*,

25(1), 43-52.

- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Mahlstedt, D. L., & Welsh, L. A. (2005). Perceived causes of physical assault in heterosexual dating relationships. *Violence against women*, 11(4), 447-472.
- Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). Violência Doméstica: Compreender para intervir (guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio à vítima). Comissão para a cidadania e igualdade de género. Presidência do Conselho de Ministros.
- Manuel, S. C. G. (2014). *A violência no namoro entre jovens adultos* [Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto].
- Marin, A., & Russo, N. F. (2003). Feminist perspectives on male violence against women.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coords), *Violência e vítimas de crime*. Vol I: Adultos (pp. 83-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S. M. M., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). Violência, bullying e delinquência, gestão de problemas de saúde em meio escolar. *Lisboa: Coisas de Ler*.
- Mechanic, M. B., Weaver, T. L., & Resick, P. A. (2008). Mental Health Consequences of Intimate Partner Abuse: A Multidimensional Assessment of Four Different Forms of Abuse. *Violence Against Women*, 14(6), 634-654.
- Mendes, E. R. B., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, 3219-3230.
- Mihalic, S. F., & Irwin, K. (2003). Blueprints for violence prevention: From research to real-world settings—factors influencing the successful replication of model programs. *Youth*

violence and juvenile justice, 1(4), 307-329.

Minayo, M. C. D. S., & Souza, E. R. D. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), 7-23.

Monteiro, M. S. P. (2013). *Prevenção da violência no namoro. Avaliação do workshop ver, pensar e agir - Projeto (O)usar & Ser laço branco* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra].

Moore GF, Audrey S, Barker M, Bond L, Bonell C, Hardeman W, Moore L, O’Cathain A, Tinati T, Wight D, Baird J. (2015). Process evaluation of complex interventions: Medical Research Council guidance. *The BMJ*, 350, doi:10.1136/bmj.h1258.

Moreira, P. (2001). Para uma prevenção que previna. Coimbra: Quarteto Editora.

Mourão, A. R. (2014). *O duplo padrão sexual e a sua relação com a violência nas relações amorosas esporádicas dos/as jovens portugueses* [Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo].

Murta, S. G., dos Santos, B. R. P., Martins, C. P. S., & de Oliveira, B. (2013). Prevenção primária à violência no namoro: uma revisão de literatura. *Contextos clínicos*, 6(2), 117-131.

Murta, S. G., Miranda, A. A. V., Bezerra, K. L. T., Galdino, L., Santos, K. B., Cangussú, E. D. A., & Moore, R. A. (2015). Programa de prevenção à violência no namoro e promoção de empoderamento em adolescentes. *Violência no Namoro: Estudos, Prevenção e Psicoterapia*, 205-228.

Murta, S. G., Moore, R. A., Miranda, A. A. V., Cangussú, E. D. A., Santos, K. B. D., Bezerra, K. L. T., & Veras, L. G. (2016). Efeitos de um programa de prevenção à violência no namoro. *Psico-USF*, 21(2), 381-393.

Nayak, M. B., Byrne, C. A., Martin, M. K., & Abraham, A. G. (2003). Attitudes toward violence against women: A cross-nation study. *Sex roles*, 49(7-8), 333-342.

- Neves, S. (2008). *Amor, Poder e Violências na Intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.
- Neves, S. (2014). Violência no namoro: conhecer para educar, educar para prevenir. In L. Valente Monteiro (Coord.), *Manual de Boas Práticas para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* (pp. 142-149). Porto: Associação Projeto Criar.
- Nicholls, T., Pritchard, M., Reeves, K., & Hilterman, E. (2013). Risk Assessment in intimate partner violence: A systematic review of contemporary approaches. *Partner Abuse, 4*(1), 76-168.
- O'Leary, K. D., Slep, A. M. S., Avery-Leaf, S., & Cascardi, M. (2008). Gender differences in dating aggression among multiethnic high school students. *Journal of Adolescent Health, 42*(5), 473-479.
- Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 162-170*.
- Otero, L. M. R., & Martínez, L. T. (2016). Violencia en pareja, amor romántico y trabajo social. Voces desde futuros trabajadores sociales mexicanos. *Trabajo social hoy, (79)*, 99-130.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças, 4*(2), 165-184.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica, 36*, 75-107.
- Paulino, M., & Alchieri, J. C. (2018). *Desvio, Crime e Vitimologia*. Lisboa: Factor.
- Perista, H., Cardoso, A., Silva, M., & Carrilho, P. (2012). *Delinquência e violência juvenil em Portugal. Traçando um retrato a diferentes vozes*. Lisboa: Centro de Estudos para a Intervenção Social.

- Pinto, T. M. C. D. C. (2011). *Concepção de um programa de prevenção da violência nas relações de intimidade juvenis em contexto escolar* [Doctoral dissertation, Instituto Universitário de Lisboa].
- Riggs, D. S., & O'leary, K. D. (1996). Aggression between heterosexual dating partners: An examination of a causal model of courtship aggression. *Journal of Interpersonal Violence, 11*(4), 519-540.
- Roberts, T. A., Klein, J. D., & Fisher, S. (2003). Longitudinal effect of intimate partner abuse on high-risk behavior among adolescents. *Archives of pediatrics & adolescent medicine, 157*(9), 875-881.
- Rodrigues, N. (2007). A violência nas relações afetivas: diagnóstico e estratégias de prevenção. *Sexualidade e Planeamento Familiar, 44/45*, 5-7.
- Ruitiña, C. V. (2012). *Factores de riesgo a nivel macrosistémico para la violencia de género: El papel de los mitos del amor en las relaciones de noviazgo* [Dissertação de mestrado, Universidade de Oviedo, Oviedo].
- Saavedra, R. M. M. (2010). *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis* [Doctoral dissertation, Universidade do Minho (Portugal)].
- Saavedra, R., & Machado, C. (2013). O programas de prevenção primária da violência nos relacionamentos íntimo: da prática internacional à prática nacional. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, 4*(1), 65-93.
- Saavedra, R., Martins, C., & Machado, C. (2013). Relacionamentos íntimos juvenis: Programa para a prevenção da violência. *Psicologia, 27*(1), 115-132.
- Salazar, L. F., & Cook, S. L. (2006). Preliminary findings from an outcome evaluation of an intimate partner violence prevention program for adjudicated, African American, adolescent males. *Youth Violence and Juvenile Justice, 4*(4), 368-

385.

- Saltzman, L. E., Fanslow, J. L., McMahon, P. M., & Shelley, G. A. (1999). *Intimate partner violence surveillance: uniform definitions and recommended data elements, version 1.0*. Atlanta (GA): National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention
- Schraiber, L. B., d'Oliveira, A. F. P., França-Junior, I., & Pinho, A. A. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública, 36*(4), 470-477.
- Schewe, P. A., & Bennett, L. W. (2002). Evaluating prevention programs: Challenges and benefits of measuring outcomes. *Preventing violence in relationships: Interventions across the life span, 247-261*.
- Sears, H. A., & Byers, E. S. (2010). Adolescent girls' and boys' experiences of psychologically, physically, and sexually aggressive behaviors in their dating relationships: Co-occurrence and emotional reaction. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 19*(5), 517-539.
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica, 16*(1).
- Silva, F. R. D., & Assis, S. G. (2018). A prevenção à violência em programas interdisciplinares que atuam em escolas brasileiras e portuguesas. *Ciência & Saúde Coletiva, 23*, 2899-2908.
- Smith, P., & Welchans, S. (2000). Peer education: Does focusing on male responsibility change sexual assault attitudes?. *Violence Against Women, 6*(11), 1255-1268.
- Smith, P. H., White, J. W., & Holland, L. J. (2003). A longitudinal perspective on dating violence among adolescent and college-age women. *American Journal of public health, 93*(7), 1104-1109.
- Sistema de Segurança Interna. (2021). Relatório Anual de Segurança Interna 2020. Retirado de

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDQ1NAUA BR26oAUAAAA%3D>

Sugarman, D. B., & Hotaling, G. T. (1989). Dating violence: Prevalence, context, and risk markers.

Teten, A. L., Ball, B., Valle, L. A., Noonan, R., & Rosenbluth, B. (2009). Considerations for the definition, measurement, consequences, and prevention of dating violence victimization among adolescent girls. *Journal of Women's Health, 18*(7), 923-927.

Timmons Fritz, P. A., & Smith Slep, A. M. (2009). Stability of physical and psychological adolescent dating aggression across time and partners. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 38*(3), 303-314.

Tyler, K. A., & Melander, L. A. (2012). Poor parenting and antisocial behavior among homeless young adults: links to dating violence perpetration and victimization. *Journal of interpersonal violence, 27*(7), 1357-1373.

UMAR. CapacitArte, Porto. Retrieved from <http://www.umarfeminismos.org/index.php/capacitarte>.

UMAR (2020). *Resultados dos Distritos e das Regiões Autónomas do Estudo Nacional sobre Violência no Namoro*. Projeto Art'Themis +.

Violência Social: Síntese. (2012). *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Retirado de <https://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/syntheses/pt-pt/2676/violencia-social-sintese.pdf>

Walker, L. (1979). *The Battered Women*. New York: Ed.

Walker, L. E. A. (1999). *The battered woman syndrome*. (2° ed.). Nova York: Springer Publishing Company.

Weisz, A. N., & Black, B. M. (2001). Evaluating a sexual assault and dating violence

- prevention program for urban youths. *Social Work Research*, 25(2), 89-100.
- Wekerle, C., & Wolfe, D. A. (1999). Dating violence in mid-adolescence: Theory, significance, and emerging prevention initiatives. *Clinical psychology review*, 19(4), 435-456.
- Wekerle, C., & Tanaka, M. (2010). Adolescent dating violence research and violence prevention: An opportunity to support health outcomes. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 19(6), 681-698.
- Whitaker, D. J., Morrison, S., Lindquist, C., Hawkins, S. R., O'Neil, J. A., Nesius, A. M., & Reese, L. R. (2006). A critical review of interventions for the primary prevention of perpetration of partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 11(2), 151-166.
- Wholey, J. S. (2004). Evaluability assessment. *Handbook of practical program evaluation*, 2, 33-62.
- Wolfe, D. A., Crooks, C., Chiodo, D., Hughes, R., & Jaffe, P. (2005). Impact of a comprehensive school-based prevention program: changes in adolescents' knowledge, attitudes, and behaviours related to violence, sexual behaviour, and substance use. *Fourth R Interim Findings Report*.
- Wolfe, D. A., Jaffe, P. G., & Crooks, C. V. (2006). *Adolescent risk behaviors: Why teens experiment and strategies to keep them safe*. Yale University Press.
- Wolfe, D. A., Wekerle, C., Scott, K., Straatman, A. L., Grasley, C., & Reitzel-Jaffe, D. (2003). Dating violence prevention with at-risk youth: a controlled outcome evaluation. *Journal of consulting and clinical psychology*, 71(2), 279.
- World Health Organization. (2002). *World Report on Violence and Health*.
- World Health Organization. (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*. Geneva: World Health Organization.

World Health Organization. [Em linha]. Disponível em <
<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/index.html>>.

Zurbriggen, E. L. (2009). Understanding and preventing adolescent dating violence: The importance of developmental, sociocultural, and gendered perspectives. *Psychology of Women Quarterly*, 33(1), 30-33.

Anexos

Anexo A. Imagem do Ciclo da Violência

Figura 1

Ciclo da Violência



Nota: Apav, 2012.

Anexo B. Caracterização Sociodemográfica dos Participantes

Tabela 2.

Caracterização Sociodemográfica dos/as Participantes (n=33)

Idade	n	(%)
19-29	8	24,24
30-40	12	36,36
41-51	8	24,24
52-63	5	15,15
Sexo		
Feminino	31	93,94
Masculino	2	6,06
Nacionalidade		
Portuguesa	33	100
Estrangeira	0	0
Habilitações Literárias		
Doutoramento	4	12,12
Mestrado	19	57,58
Licenciatura	8	24,24
Ensino Secundário	2	6,06
Ensino Básico	0	0
Ocupação		
Empregado/a	30	90,91
Desempregado/a	1	3,03
Estudante	0	0,00
Estudante-Trabalhador/a	2	6,06
Reformado/a	0	0,00
Área(s) de formação		
Ciências Sociais e Humanas	23	69,70

Ciências Jurídicas	1	3,03
Ciências da Saúde	2	6,06
Ciências da Educação	6	18,18
Ciências da Comunicação	0	0,00
Outra(s)	2	6,06
Formação específica em violência doméstica		
Sim	26	78,79
Não	7	21,21
Formação TAV		
Sim	18	54,55
Não	15	45,45
Contexto de atividade		
Administração Pública	7	21,21
Sociedade Civil	18	54,55
Prática Privada	4	12,12
Outro	10	30,30
Duração da atividade		
1 a 5 anos	14	42,42
Mais de 5 anos	10	30,30
Menos de 1 ano	9	27,27
Papel Desempenhado		
Estagiário/a Acadêmico/a	2	6,06
Estagiário/a Profissional	1	3,03
Técnico/a	17	51,52
Docente	5	15,15
Formador/a	1	3,03
Coordenador/a	4	12,12
Consultor/a	0	0,00
Avaliador/a Externo	0	0,00
Outro	3	9,09

Nota. Existem participantes com mais do que uma área de formação e contexto de atividade.

Anexo C. Grelha de Observação

Tabela 1.

Grelha de Observação da Análise de Conteúdo

Categoria de 2º Ordem	Categoria de 1º Ordem	Indicadores	Frequência	Unidades de registo/contexto
Componentes do Programa de Prevenção	Objetivos Gerais e Específicos	Caracterizar/ Identificar/ Compreender a Violência no namoro	10	I-19/33/F: “Compreender o conceito violência...”; I-17/25/F: “Compreender os impactos da violência no namoro...”; I-1/27/F: “Caracterizar as tipologias e dinâmicas da violência no namoro...”; I-13/38/F: “Compreender o fenómeno da Violência no Namoro nas suas diferentes formas...”
		Prevenir a violência no namoro	10	I-8/35/F: “Prevenção da violência de género, doméstica e no namoro.”; I-9/36/F: “Prevenção de violência no namoro...”; I-18/39/F: “Prevenção”; I-19/33/F: “projeto de prevenção no âmbito da violência no namoro...”
		Sensibilizar para a problemática da violência no namoro	7	I-7/34/F: “sensibilizar os/as jovens para a prevenção...”; I-21/28/F: “formação e sensibilização...”; I-15/43/M: “Ações de Sensibilização em escolas”; I-11/50/F: “Ações de Sensibilização em escolas”
		Promover relações saudáveis	5	I-17/25/F: “Criar e manter relações interpessoais positivas...; I-14/36/F: “desenvolvimento de uma relação saudável...”; I-1/27/F: “Criar e manter relações interpessoais positivas...”; I-16/42/F: “Promoção de competências de relacionamento positivas.”
		Promover a alteração de comportamentos e atitudes	7	I-19/33/F: “potenciando atitudes e comportamentos promotores da mudança;”; I-7/39/F: “encorajar nos/as jovens o desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis...”; I-14/36/F: “Mudar comportamentos...”; I-10/29/F: “promover comportamentos não violentos.”
		Alertar para os direitos humanos	6	I-17/25/F: “Conhecer os Direitos Humanos;”; I-1/27/F: “Conhecer os Direitos Humanos; I-19/29/F: “incentivar para os Direitos Humanos.”; I-8/35/F: “Promoção dos direitos humanos.”

	Promover o desenvolvimento de novas competências	7	I-3/25/F: “Promoção das competências dos/as jovens para melhorar as suas relações...”; I-16/42/F: “Ensinar competências de comunicação, negociação, adiamento e recusa...”; I-1/27/F: “Promover o desenvolvimento de competências de autorregulação emocional...”; I-14/36/F: “encontrem estratégias e competências para interagir de forma mais assertiva...”
	Promover uma política de tolerância zero à violência	7	I-31/40/F: “encontrem estratégias e competências para interagir de forma mais assertiva...”; I-2/29/F: “Promoção de uma cultura institucional de tolerância zero à violência no namoro...”; I-21/28/F: “Promoção de uma cultura de tolerância zero à violência no namoro...”; I-7/4/F: “capacitar os/as jovens para a recusa da violência como resposta a conflitos ou como forma de relacionamento;”
	Identificar/ Fornecer novas formas de agir	4	I-4/38/F: “Alertar para as instituições/técnicos que poderão ajudar as vítimas...”; I-13/38/F: “Identificar como agir.”; I-30/42/F: “apoios e serviços a recorrer...”; I-23/28/F: “denúncia de V. Doméstica e no namoro.”
	Fornecer oportunidade de praticar/refletir acerca dos conteúdos adquiridos	5	I-19/33/F: “Potenciar a reprodução/treino de uma nova abordagem conceptual...”; I-17/25/F: “Refletir sobre ações de prevenção...”; I-1/27/F: “Refletir sobre ações de prevenção...”; I-16/42/F: “Fornecer oportunidades para praticar essas competências...”
	Promover a Igualdade de Género	6	I-7/34/F: “respeito pela diversidade e pela Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género.”; I-17/25/F: “Promover a Igualdade de Género.”; I-1/27/F: “Promover a Igualdade de Género.”; I-2/29/F: “promotora da igualdade.”
	Consciencializar para as evidências empíricas	3	I-19/33/F: “estado de arte da igualdade de género no mundo atual...”; I/17/25/F: “Conhecer evidências empíricas da violência no namoro a nível nacional e internacional...”; I-1/27/F: “Conhecer evidências empíricas da violência no namoro a nível nacional e internacional”
	Produção de conteúdos e materiais	2	I-27/55/F: “Criação de um repositório de materiais para a prevenção de violência no namoro.”; I-21/28/F: “produção e divulgação de conteúdos e materiais.”

Público(s)-Alvo	Jovens	28	I-18/39/F: “Jovens”; I-29/51/F: “Jovens”; I-7/34/F: “Jovens do 3º ciclo e secundário”; I-20/54/F: “Jovens, faixa etária dos 18 anos.”
	Jovens adultos	6	I-11/50/F: “Jovens adultos (19/25)”; I-27/55/F: “faixas etárias entre os 15 e os 30 anos”; I-2/29/F: “Estudantes Universitários/as”; I- 21/28/F: “Estudantes de ensino superior.”
	Crianças	7	I-13/38/F: “crianças, adolescentes...”; I-11/50/F: “Crianças e Jovens”; I-8/35/F: “Ensino primário ao secundário”; I-23/28/F: “Dos 10 aos 25”
	Sociedade Civil	3	I-7/34/F: “sessões de sensibilização com público geral...”; I-13/38/F: “sociedade civil.” I-22/39/F: “Sociedade Civil...”
	Vítimas de VD	2	I-22/39/F: “Vítimas de VD e de VN”; I-21/28/F: “vítimas de violência no namoro”
Pessoas Intervinentes	Docentes	19	I-3/52/F: “Docentes”; I-16/42/F: “Professores...”; I-23/28/F: “Respetivos professores...”; I-9/36/F: “Professores...”
	Discentes	3	I-10/29/F: “Discentes...”; I-23/28/F: “alunos de escolas...”; I-17/25/F: “Alunos/as...”;
	Encarregados de educação	6	I-10/29/F: “encarregados/as de educação...”; I-11/50/F: “Pais e encarregados de Educação.”; I-8/35/F: “famílias...”; I-6/40/F: “Pais”
	Assistentes operacionais	10	I-10/29/F: “assistentes operacionais...”; I-5/43/M: “pessoal não docente”; I-17/25/F: “Assistentes operacionais...”; I-9/36/F: “comunidade escolar...”
	Profissionais relacionados com a problemática	7	I-5/43/M: “técnicos reinserção social...”; I-14/36/F: “equipa de Técnicas Superiores, Voluntárias...”; I-24/56/F: “formadores...”; I-32/42/F: “Psicologa”;
	Participantes estratégicos	6	I-21/28/F: “Públicos estratégicos...”; I-10/29/F: “profissionais da ação social...”; I-25/28/F: “Enfermeiros de Saúde Mental”; I-18/39/F: “Sociedade Civil”;
	Relacionamentos saudáveis	6	I-16/42/F: “Relacionamentos Saudáveis...”; I-17/25/F: “Relações interpessoais positivas...”; I-3/52/F: “relacionamentos baseados na confiança...”; I-14/36/F: “Relação saudável vs relação violenta...”
	Tipos/formas de violência	6	I-7/34/F: “detalhamento das diferentes manifestações (física, psicológica, sexual, económica, social, verbal) ...”; I-11/50/F: “Tipos/formas de violência...”; I-14/36/F: “Tipos de Violência...”; I-13/38/F: “diferentes formas de violência no namoro...”

Conteúdos abordados	Dados/enquadramento legal da violência no namoro	6	I-7/34/F: “apresentação da legislação (adaptada ao público-alvo) ...”; I- 11/50/F: “Enquadramento legal...”; I-14/36/F: “enquadramentos legais...”; I- 31/40/F: “dados da estatística para com a mulher...”
	Consequências da violência no namoro	4	I-7/34/F: “consequências da violência...”; I- 11/50/F: “Consequências da vitimação...”; I- 12/39/F: “efeitos da violência na vítima...”; I- 14/36/F: “Consequências...”
	Modos de atuação no caso de vitimação	9	I-7/34/F: “o que fazer em caso de ser vítima...”; I-11/50/F: “Como e onde e a quem pedir ajuda...”; I-14/36/F: “o que fazer em caso de violência...”; I-13/38/F: “formas de atuação...”
	Desmistificação de crenças	3	I-7/34/F: “desmistificação e crenças associadas à violência...”; I-20/54/F: “Essencialmente desconstruímos os “mitos”; I-3/52/F: “Promover o conhecimento...”;
	Caracterização da violência no namoro	12	I-7/34/F: “definição da problemática...”; I- 14/36/F: “conceitos...”; I-24/56/F: “Compreender o processo típico de escalada do comportamento violento...”; I-1/27/F: “caracterização do fenómeno da violência...”;
	Fatores de risco e de proteção	5	I-7/34/F: “sinais demonstrados pelas vítimas e por quem agride...”; I-11/50/F: “Sinais de Alerta na Vítima e no Agressor...”; I-4/38/F: “Factores de risco e Proteção...”; I-19-33-F: “Factores de Risco...”;
	Questões/ Igualdade/ violência de género	12	I-17/25/F: “Igualdade de Género...”; I-3/52/F: “igualdade de género...”; I-12/39/F: “Violência doméstica/género...”; I-8/35/F: “Violencia de género no namoro...”;
	Direitos humanos	3	I-8/35/F: “Direitos humanos das crianças...”; I- 10/29/F: “Direitos Humanos...”; I-9/36/F: “Direitos humanos...”
	Competências Pessoais/ Sociais	6	I-17/25/F: “Regulação emocional...”; I-3/52/F: “melhorar as suas capacidades para gerir...”; I- 24/56/F: “aquisição e desenvolvimento de competências...”; I-8/35/F: “Competências pessoais e sociais.”;
Metodologias Utilizadas	Método Expositivo	27	I-2/56/F: “Sensibilização para as medidas (vídeos...”; I-30/42/F: “descrição de situações...”; I-10/29/F: “exposição oral...”; I- 22/39/F: “campanhas de sensibilização...”;
	Método Ativo	19	I-9/36/F: “Dinâmicas de grupo...”; I-30/42/F: “Tipo role play...”; I-31/40/F: “atividades de grupo...”; I-12/39/F: “Role playing...”;

		Método Interrogativo	8	I-14/36/F: “debate...”; I-21/28/F: “debate...”; I-7/34/F: “Método interrogativo (debate)...”; I-17/25/F: “reflexões individuais e em grupo”;
Formato do Programa		Sessões Presenciais	14	I-1/27/F: “sessões semanais presenciais”; I-7/34/F: “Sessões quinzenais presenciais...”; I-9/36/F: “Sessões semanais presenciais...”; I-24/56/F: “Sessões presenciais...”;
		Sessões Semanais	10	I-19/33/F: “sessões semanais presenciais”; I-16/42/F: “uma periodicidade semanal...”; I-14/36/F: “Sessões semanais...”; I-15/43/M: “Sessões semanais...”;
		Sessões Quinzenais	3	I-7/34/F: “Sessões quinzenais presenciais...”; I-8/35/F: “Sessões quinzenais.”; I-4/38/F: “sessões quinzenais”;
		Ações pontuais de campanha/ sensibilização/ formação	13	I-31/40/F: “Campanha”; I-30/42/F: “Campanhas e dias de sensibilização”; I-26/63/F: “Sessões, oficinas, campanhas...”; I-29/51/F: “Sem programa, apenas sessões pontuais”;
Duração do Programa		3 anos	5	I-2/29/F: “3 anos”; I-10/29/F: “3 anos”; I-8/35/F: “3 anos letivos...”; I-7/34/F: “36 meses”
		2 anos	3	I-1/27/F: “2 anos”; I-5/43/M: “2 anos”; I-24/56/F: “Projeto Violentometro (2018-2020)”;
		1 ano letivo	4	I-3/52/F: “1 ano letivo”; I-33/44/F: “1 ano letivo”; I-1/38/F: “anual...”; I-15/43/M: “Durante o ano escolar”;
		Variável consoante as necessidades do público-alvo	4	I-2/28/F: “Sem definição- respondendo às necessidades dos alunos”; I-21/28/F: “Variável”; I-18/39/F: “Indeterminado”; I-27/55/F: “Em permanente atualização.”;
		Algumas sessões pontuais	9	I-19/33/F: “8 sessões”; I-17/25/F: “6 sessões...”; I-4/38/F: “6 sessões...”; I-16/42/F: “duração de 7 sessões...”;
Resultados do Programa		Melhor Compreensão/ Consciencialização / Identificação do Fenómeno	18	I-7/34/F: “Houve um aumento no conhecimento...”; I-14/36/F: “Uma maior consciencialização sobre o que significa violência...”; I-21/28/F: “Maior sensibilização e conhecimento...”; I-10/29/F: “alteração das perceções sobre as relações de intimidade...”;
		Alteração de Comportamentos	4	I-19/33/F: “aumento da utilização de estratégias positivas...”; I-24/56/F: “mudança de comportamento verificadas...”; I-16/42/F: “mudanças positivas ao nível... de intenções de comportamento...”;
		Prevenção	13	I-17/25/F: “prevenir que aumentem os casos...”; I-31/40/F: “Prevenir situações futuras...”; I-2/2/F: “Prevenção e

Efeitos do Programa de Prevenção	Ganhos do Programa de Prevenção			sensibilização...”; I-25/28/F: “Prevenir a evolução para violência doméstica”;
		Adoção de novas competências/ comportamentos	8	I-17/25/F: “munir-se de competências de ação e/ou reação...”; I-11/50/F: “Maior... capacidade de proteção pessoal da vítima...”; I-19/33/F: “mais capazes de identificar situações de violência...”; I-23/28/F: “Identificação de situações de violência e denúncia...”;
		Maior atenção/ sensibilização para a problemática	8	I-7/34/F: “maior atenção em relação aos temas...”; I-21/28/F: “Maior sensibilização para a temática...”; I-24/56/F: “Sensibilização/ Esclarecimento...”; I-9/36/F: “Sensibilizar os jovens...”;
		Adoção de uma nova visão/ compreensão sobre a problemática	12	I-7/34/F: “contributo para a compreensão da dimensão da violência...”; I-21/28/F: “desmistificação de ideias...”; I-19/33/F: “diminuição das crenças legitimadoras...”; I-5/43/M: “mudança de atitudes, mentalidades...”;
		Combate/ redução da violência no namoro	3	I-14/36/F: “redução/ erradicação da violência...”; I-10/29/F: “Redução da Violência nas relações...”; I-26/63/F: “Prevenção e combate”;
	Riscos do Programa de Prevenção	Não existem riscos	15	I-1/27/F: “Nenhum”; I-27/55/F: “Não tem”; I-29/51/F: “Sem riscos”; I-20/54/F: “Nenhuns.”;
		Não ter continuidade	8	I-26/63/F: “A continuidade.”; I-12/39/F: “Não ter continuação”; I-15/43/M: “Não haver continuidade.”; I-32/42/F: “Não ter continuidade”;
		Aplicação dos programas por profissionais sem formação adequada	2	I-16/42/F: “implementação assegurada por professores e profissionais de educação.”; I-7/34/F: “cursos onde são formados/as os/as agentes educativos/as.”;
		Oposição dos encarregados de educação	2	I-17/25/F: “alguns e algumas encarregados/as se mostrarem oponentes...”; I-30/42/F: “Má interpretação pelos EE”;
		Banalização do tema	2	I-2/29/F: “Normalização/ Banalização da problemática”; I-21/28/F: “Alcançar populações previamente sensibilizadas...”;
		Maior consciencialização/ <i>empowerment</i>	10	I-7/34/F: “haver maior consciência em relação às formas de violência...”; I-14/36/F: “conscientização e empoderamento.”; I-24/56/F: “Mais informação, melhor informação...”; I-25/28/F: “Mais informação, mais poder”;

Perceção de Eficácia dos Programas de Prevenção	Justificação da eficácia/ não eficácia dos programas	Os programas deveriam ser continuados para gerar maior impacto	5	I-11/50/F: “mudança será efetivada se for realizada de forma continua...”; I-2/29/F: “ser frequente e não pontual.”; I-26/63/F: “deverá ter continuidade...”; I-1/27/F: “são curtos, precisavam ser mais longos”;
		Tipo/Incorreta avaliação dos programas prejudica a perceção da eficácia	3	I-10/29/F: “Outra das dificuldades é o tipo de avaliação...”; I-7/34/F: “notória falta de avaliação dos mesmos e do seu impacto...”; I-17/25/F: “a eficácia dos programas não deveria apenas restringir à aplicação de medidas pré e pós implementação...”;
		Os programas falham nos seus componentes/aplicação	5	I-8/35/F: “Não chega a todas as escolas e é instável”; I-13/38/F: “Falham, a meu ver, nas metodologias que usam...”; I-32/42/F: “não são dados por pessoas formadas...”; I-2/29/F: “Deveriam ser de carácter obrigatório, generalizado por todos os ciclos de ensino...”;
	Sugestões para uma melhor eficácia dos programas	Programas mais extensos, contínuos e sistemáticos	15	I-17/25/F: “mais extensos e próximos da comunidade...”; I-7/34/F: “intervenção holística e continuada no tempo...”; I-16/42/F: “programas com uma duração ajustada aos propósitos...”; I-13/38/F: “prevenção primária, continuada e sistematizada...”;
		Abranger populações mais novas	7	I-2/29/F: “processo de prevenção desde a pré-primária...”; I-25/28/F: “nas camadas cada vez mais novas...”; I-23/28/F: “começar mais cedo- pré escolar”; I-20/54/F: “começar bem cedo esta abordagem...”;
		Profissionais mais qualificados para a aplicação/ desenvolvimento dos programas	4	I-16/2/F: “profissionais qualificados para a sua implementação...”; I-22/39/F: “evitara que sejam voluntários/as a trabalhar com vítimas...”; I-10/29/F: “ter formação específica na concepção correta de um programa de prevenção...”; I-18/39/F: “Competência Técnica das Entidades Promotoras dos Programas.”;
		Melhorar as metodologias/ objetivos	8	I-17/25/F: “ser mais ampla e abranger mais alunos/as...”; I-7/34/F: “uma intervenção que não seja rígida...”; I-16/42/F: “articulação clara com a evidência empírica sobre a temática...”; I-10/29/F: “definir objetivos e indicadores de eficácia corretamente...”;
		Acompanhar o desenvolvimento dos jovens	3	I-17/25/F: “acompanhavam o desenvolvimento dos/as alunos/as...”; I-7/34/F: “acompanhe os/as jovens por vários anos...”; I-19/33/F: “lógica de continuidade entre o pré-escolar e o ensino superior...”;

		Melhor avaliação de eficácia	3	I-19/33/F: “Avaliados interna e externamente.”; I-16/42/F: “avaliação interna e externa consistentes.”; I-17/25/F: “avaliação da sua eficácia deveria ocorrer ao longo do tempo...”;
--	--	------------------------------	---	--

Anexo D. Especificidades que Integram um Programa de Prevenção

Tabela 3.

Especificidades que Integram a Conceção do Programa de Prevenção

Especificidades do programa	Sim	Não
Está a ser/Foi desenvolvido na sequência de um anterior	60,61%	39,39%
É/Foi o resultado de uma análise prévia de indicadores de eficácia de outros programas	57,58%	42,42%
Está a ser/Foi desenvolvido a partir de um diagnóstico de necessidades prévio	75,76%	24,24%
Assenta/ou numa perspetiva teórica específica	81,82%	18,18%
Contempla/ou uma perspetiva de género	87,88%	12,12%
É/Foi adaptado às especificidades (e.g., culturais) do público alvo	87,88%	12,12%
Dirige/iu-se a ambos os sexos	93,94%	6,06%
Dirige/iu-se apenas ao sexo feminino	9,09%	90,91%
Assume/iu as orientações dos planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica	93,94%	6,06%
Assume/iu orientações internacionais	72,73%	27,27%
Integra/ou um plano interno de avaliação da eficácia	63,64%	36,36%
Integra/ou um plano externo de avaliação da eficácia	39,39%	60,61%
Está a ser/Foi implementado por uma equipa interdisciplinar	75,76%	24,24%
Integra/ou um processo de consultoria	27,27%	72,73%
Irá produzir/produziu materiais de divulgação (e.g., flyers, cartazes, autocolantes)	72,73%	27,27%

Irá produzir/produziu conhecimento científico (e.g., artigos, teses, livros)	48,48%	51,52%
Irá constar/consta de um repositório público	51,52%	48,48%
Os resultados irão ser/foram apresentados ao público alvo	54,55%	45,45%
Irá ter/teve continuidade	72,73%	27,27%
Irá produzir/produziu conteúdos multimédia	54,55%	45,45%

Anexo E. Natureza dos Programas de Prevenção

Tabela 4.

Natureza dos Programas de Prevenção

Natureza dos Programas de Prevenção	n	%
Primária	30	90,91
Secundária	20	60,61
Terciária	18	54,55

Nota. Os/as participantes podiam escolher mais do que uma opção.

Anexo F. Perceção de Eficácia dos Programas de Prevenção

Tabela 5.

Perceção de Eficácia dos Programas de Prevenção

Na sua ótica, os programas de prevenção da violência no namoro em Portugal são eficazes?	n	%
Sim	21	63,64
Não	12	36,36